



Boletim de Transparência Fiscal

Rio de Janeiro, Outubro de 2009

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Joaquim Vieira Ferreira Levy

SUBSECRETÁRIO GERAL

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

**SUBSECRETÁRIO DE FAZENDA PARA ASSUNTOS
JURÍDICOS**

Fabricio R. Valle Dantas Leite

SUBSECRETÁRIO DE ESTUDOS ECÔNICOS

Sérgio Guimarães Ferreira

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Carlos Roberto Moreira de Araújo

Carolina Barbosa Corrêa

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Eliane Marcos Macedo

Fabício Marques Santos

Fernanda Stiebler

Gabriel Silva de Goes Rodrigues

Gustavo Tavares Lameiro da Costa

João Vitor Pereira Pedrosa

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Luana de Oliveira Cunha

Luciana Gerber dos Reis Velloso

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Mary Hellen Nascimento da Silva

Pablo Reyes

Raphael Philipe Moura

Rebeca Virginia Escobar Villagra

Renata dos Santos

Renata Gomes Rimes de Almeida

Sérgio da Costa Peixoto



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal por que vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha naquela da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referida nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n.º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070.000

Sumário

Apresentação.....	6
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	9
II. Resultado Fiscal.....	10
II.1 Resultado Orçamentário	11
II.2 Resultado Primário.....	12
III. Receita Estadual	13
III.1 Receitas Correntes	13
III.1.1 Receita Tributária.....	14
III.1.2 Receita Patrimonial e <i>Royalties</i>	17
III.1.3 Receita de Transferências	18
III.1.4 Demais Receitas Correntes	20
III.2 Receitas de Capital	21
III.3 Contingenciamento decorrente da reestimativa da Receita	21
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro	26
IV.1 Despesa por Fonte de Recurso	27
IV. 2 Despesa por grupo	28
IV. 3 Despesa por área de governo	29
IV. 3.1 Saúde – Índice Constitucional	29
BOX 3 – Despesas da Área de Saúde financiadas com Outras Fontes	35
BOX 4 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS DESPESAS COM SAÚDE (2006-2009)	37
IV. 3.2 Educação – Índice Constitucional.....	38
BOX 4 – Despesas da Área de Educação financiadas com Outras Fontes.....	44
IV. 3.4 FECAM	45
IV. 3.5 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	47
IV.4 Cota Financeira	49



BOX 5 – JOGOS OLÍMPICOS 2016.....	51
V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	54
V.1. Pagamento de PD's.....	54
V.2 – Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	56
BOX 6 – PAGAMENTO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS – CEDAE	59
V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	60
V.4 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar	60
V. 5 Requisições Judiciais de Pagamento	64
V. 6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço	66

Anexos

Anexo 1 – Despesas por Grupo

Anexo 2 – Despesas por Fonte de Recurso

Anexo 3 – Despesas por Órgão

Anexo 4 – Despesas de Pessoal por Órgão

Anexo 5 – Despesas de Custeio por Órgão

Anexo 6 – Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras por Órgão

Anexo 7 – Despesa Liquidada por Função - Fontes Tesouro e Outras Fontes

Anexo 8 – Execução Orçamentária Jan-Ago/2008-2009 Programa de Aceleração do Crescimento

Anexo 9 – Execução Orçamentária Jan-Ago/2008-2009 Secretaria de Saúde e Defesa Civil

Anexo 10 – Execução Orçamentária Jan-Ago/2008-2009 Secretaria de Educação



Apresentação

Este é o décimo número do boletim bimestral de transparência fiscal preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o quarto do exercício de 2009. Seu objetivo continua a ser o de aperfeiçoar os mecanismos de controle e a transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas dimensões, a saber: a primeira liga-se à solvência e previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão de receita. Ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários. Como manda a Lei há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranqüilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, o cumprimento das obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança.

A segunda dimensão diz respeito à aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

"(...) O orçamento nacional deve ser equilibrado

As dívidas públicas devem ser reduzidas (...)

(...) Prudência é saber distinguir as coisas desejáveis das que convém evitar (...)

Marcus Tullius Cícero



O boletim procura proporcionar esses detalhes com rapidez, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade. Este canal se conjuga com inovações como a publicação de todas as Programações de Despesa (PD's) na internet em menos de três dias depois de efetuado seu pagamento, o que também facilita o acompanhamento aberto pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 18/09/2009.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado, e a receita ao de realizada, ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias.

A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago.

Nesta edição, assim como nas três edições anteriores do Boletim em 2009, deixou-se de incluir os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE, nas contas do Estado. Isto porque a empresa foi declarada não dependente, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme o disposto no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro do dia 01/04/2009 na seção "Atos do Governador", Processo E-12/223/2009.

Esta declaração apenas reconhece uma realidade de fato, visto que a CEDAE já há algum tempo havia deixado de se enquadrar no conceito de empresa pública dependente, como definido no artigo 2, inciso III da LRF, *in verbis*:

"... empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária."

Com base no trecho citado, os dados relativos à Receita, Despesas e Dívida da CEDAE foram destarte depurados

O Boletim procura dar, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade

Nesta edição, assim como nas três edições anteriores do boletim em 2009, não se apresentam os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE, como parte das contas do Estado, uma vez que a empresa foi declarada "não dependente".



na análise do conjunto da execução do orçamento do Estado—apesar de formalmente tais rubricas ainda constarem deste orçamento. Para ter-se uma base de comparação entre os mesmos períodos do ano, esses dados também foram excluídos da base de 2008.

A CEDAE não é a primeira empresa do Estado a se tornar independente, nem a modernização do seu tratamento no âmbito do orçamento totalmente pioneiro. A Imprensa Oficial do Estado já é considerada independente há algum tempo, com os devidos reflexos na contabilidade pública - tendo tratamento idêntico ao da CEDAE neste boletim.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As duas seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais e das metas correspondentes. A terceira seção analisa a evolução das diversas rubricas de receita, enquanto a quarta seção analisa a despesa no seu agregado de execução orçamentária. Na terceira seção apresenta-se também breve panorama da evolução dos principais indicadores econômicos do Estado (produção industrial, vendas, empregos, etc.). Na quarta seção, além de se apresentarem detalhes das despesas nas áreas com índice constitucional (saúde, educação e meio ambiente), apresentam-se também as despesas realizadas no âmbito do programa de investimento em parceria com a União, o PAC e um breve panorama dos compromissos do Governo para os Jogos Olímpicos de 2016. Por fim, a quinta seção apresenta elementos da política financeira do Estado, notadamente as operações do Tesouro Estadual para o pagamento das despesas do orçamento de 2009 e restos a pagar de anos anteriores, assim como dos precatórios judiciais decorrentes de ações de administrações anteriores corrigidas pela Justiça (todos os restos a pagar de 2008 que receberam uma programação de desembolso dos órgãos ordenadores de despesa foram pagos até o final de abril de 2009). A seção também informa a situação da dívida pública do Estado.

Na quarta seção deste boletim, analisa-se o gasto do Estado com o PAC que já apresenta em ritmo mais acelerado de execução e traz um breve panorama dos compromissos do Governo para os Jogos Olímpicos de 2016.



I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas totais no 4º bimestre de 2009 ficaram 1,3% menores em relação ao projetado, resultado para o qual contribuíram a queda das transferências correntes, em especial as transferências de IPI-Exp, e o desempenho das receitas de capital. Ligeira estagnação na arrecadação do ICMS também contribuiu para aquela queda, ao levar as receitas tributárias do quarto bimestre de 2009 a ficarem 2,4% abaixo da meta. No acumulado do ano, a receita total atualmente ultrapassa o previsto em fevereiro de 2009 em 0,4%.¹

A receita patrimonial, cujo principal item é a receita de petróleo e gás, ficou acima da meta bimestral estabelecida na Resolução Conjunta SEFAZ/SEPLAG N°52/2009 (alterada pela Resolução SEFAZ/SEPLAG 65/2009) em 11,7%, devido a manutenção do nível de preço do barril tipo Brent em torno de US\$ 70 e lenta valorização do câmbio. Esses fatores contribuíram para que a receita patrimonial convergisse para meta estipulada no início do ano.

As transferências correntes apresentaram desempenho 7,1% abaixo da meta bimestral, em grande parte porque a arrecadação federal de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ficou muito aquém do esperado, após uma indicação de crescimento no último bimestre.

As receitas de capital também ficaram abaixo da meta bimestral (-5,1%), assim como do acumulado do ano (-54,3%). Este desempenho se deve em grande parte aos baixos valores efetivos das operações de capital (empréstimos), assim como das transferências de capita, inclusive aquelas associadas ao Programa Aceleração do

A receita total no acumulado do ano ultrapassou em 0,4% o valor previsto em fevereiro de 2009

Tabela 1

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA (JUL-AGO 2009)
(art 8º da LRF)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JUL-AGO) 2009	RECEITA REALIZADA (JUL-AGO) 2009	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN-AGO) 2009	RECEITA REALIZADA (JAN-AGO) 2009	R\$ milhões
						% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
REC. CORRENTES	6.055,83	5.993,56	99,0%	24.495,97	25.280,71	103,2%
TRIBUT.	3.739,13	3.650,86	97,6%	15.448,40	16.162,92	104,6%
CONTRIB.	131,78	146,42	111,1%	527,56	564,51	107,0%
PATRIM.	1.158,97	1.294,72	111,7%	4.374,11	4.392,04	100,4%
AGROPEC.	0,03	0,11	376,0%	0,13	0,14	104,1%
INDUST.	9,14	1,05	11,5%	49,80	3,98	8,0%
SERV.	139,64	50,47	36,1%	557,47	203,12	36,4%
TRANSF. CORR.	730,86	678,71	92,9%	2.998,81	3.063,68	102,2%
OUTRAS	146,27	171,22	117,1%	539,69	890,31	165,0%
REC. CAPITAL	365,61	346,90	94,9%	1.258,48	575,17	45,7%
OPER. CRÉDITO	119,83	26,30	22,0%	224,38	80,24	35,8%
ALIEN. BENS	0,01	0,00	0,0%	0,20	0,44	218,0%
AMORT. EMPRÉST.	11,66	38,81	333,0%	45,22	89,80	198,6%
TRANSF. CAP.	233,05	281,71	120,9%	984,42	404,55	41,1%
OUTRAS	1,07	0,08	7,4%	4,26	0,14	3,4%
Total	6.421,44	6.340,45	98,7%	25.754,45	25.855,88	100,4%

¹ A receita tributária foi ampliada em 2009 pela reclassificação da receita de prestação de serviços do DETRAN ("Serviços de Inspeção e Fiscalização" – rubrica 16001400), de Receita de Serviços para a rubrica Taxa (Receita Tributária). Tal reclassificação é fruto de determinação do Tribunal de Contas do Estado e seu impacto no total das receitas correntes do estado é nulo.



Crescimento (PAC) no primeiro semestre. Em relação às últimas, assinala-se que sua execução no quarto bimestres apresentou recuperação, ultrapassando em 20,9% a meta do período. A despesa total paga até o segundo quadrimestre, se incluído o pagamento do RP 2008, foi maior do que a meta estabelecida no Cronograma de Desembolso Financeiro, publicado nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2,6%. Houve também aumento do pagamento do serviço da dívida além do originalmente programado. Não obstante, a despesa total ainda ficou menor que a receita. no mesmo período (R\$25,85 bilhões).

II. Resultado Fiscal²

Os resultados fiscais de 2009 foram significativamente afetados pela forte queda nas receitas de petróleo, que regrediram a patamares de 2005. O efeito desta deterioração no funcionamento do governo foi em boa parte amortecido pela programação financeira desenvolvida pelo Estado no Rioprevidência. Especificamente, o fundo de pensão dos servidores do Estado, beneficiário principal das receitas de petróleo, poupou o aumento de receita verificado em 2008, permitindo suportar seus pagamentos em 2009 sem riscos, apesar da queda de receitas.

As contas do Estado são, portanto, mais bem entendidas segregando-se o resultado do Rioprevidência³. Neste caso, observa-se que o resultado orçamentário do estado apresentou quedas de 65,6% no 4º bimestre e 8,9% no acumulado do ano, sempre em relação aos períodos correspondentes de 2008⁴.

² O resultado fiscal exclui as receitas e as despesas intra-orçamentárias.

³ As receitas e despesas do Rioprevidência foram retiradas das respectivas rubricas orçamentárias apenas nas tabelas 3 e 4 deste boletim.

⁴ Nesta seção, a despesa é analisada pela ótica da liquidação, ao contrário da análise apresentada na primeira seção, que utiliza o conceito de despesa efetivamente paga. A comparação dos resultados demonstrado nas tabelas 3 e 4 não consideram as receitas da CEDAE e da Imprensa Oficial, uma vez que ambas as empresas são agora consideradas não dependentes, na forma prevista pelo inciso III, do art. 2º da LRF. A independência da CEDAE está disposta nos

Tabela 2

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF) ESTADO DO RIO DE JANEIRO DE JAN-AGO 2009					
Em R\$ milhões					
GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXECUÇÃO JAN-AGO 2009	DESPESA ORÇAM. REALIZADA JAN-AGO 2009**	RP 2008 PAGO	DESPESA TOTAL REALIZADA JAN-AGO 2009	% REALIZADO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.960	5.308	576	5.884	98,7%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.068	15.043	818	15.861	105,3%
INVESTIMENTOS/INVERSÕES	1.485	803	368	1.171	78,8%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÃO	2.064	2.302		2.302	111,5%
TOTAL	24.577	23.456	1.762	25.218	102,6%

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial

**Considerada a despesa paga e excluídas as despesas intra-orçamentárias

Tabela 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - COM E SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUL-AGO 2008/ JUL-AGO 2009

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2008	2009		2008	2009	
	I. RECEITA TOTAL (A)	6.801,85		6.340,45	-6,8%	
I.1 RECEITA CORRENTE	5.002,11	5.044,73	0,9%	21.493,95	23.136,78	7,6%
I.1.1 Tributária	3.778,56	3.650,86	-3,4%	14.915,18	16.162,92	8,4%
I.1.2 Patrimonial	248,17	353,97	42,6%	2.425,56	2.277,60	-6,1%
I.1.3 Transferências	593,65	678,71	14,3%	2.614,11	3.063,88	17,2%
I.1.4 Demais Correntes	381,73	361,20	-5,4%	1.539,09	1.632,57	8,1%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	132,42	316,46	139,0%	265,63	517,35	94,8%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	1.667,31	979,26	-41,3%	3.436,39	2.201,76	-35,9%
II. DESPESA TOTAL (B)	5.704,31	6.250,00	9,6%	23.075,72	25.447,40	10,3%
II.1 DESPESA CORRENTE	4.035,76	4.503,63	11,6%	17.483,12	18.998,75	8,7%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	1.437,26	1.589,57	10,6%	5.649,12	6.244,81	10,5%
II.1.2 Demais Correntes	2.241,01	2.537,10	13,2%	10.349,75	11.224,85	8,5%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	357,49	376,96	5,4%	1.484,24	1.529,09	3,0%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	313,66	587,78	87,4%	1.047,01	1.712,61	63,6%
II.2.1 Invest.	146,42	361,90	147,2%	440,70	840,62	90,7%
II.2.2 Inv. Financ.	57,77	71,43	23,6%	84,94	98,88	16,4%
II.2.3 Amort. Dívida	109,47	154,44	41,1%	521,38	773,11	48,3%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.354,90	1.158,60	-14,5%	4.545,59	4.736,05	4,2%
RES. ORÇAM. S/ RIOPREV. (A-C) - (B-D)	785,12	269,79	-65,6%	3.229,46	2.942,77	-8,9%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA	312,42	-177,69	156,9%	-1.109,20	-2.534,29	-128,5%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREVIDÊNCIA	1.097,53	92,10	-91,6%	2.120,26	408,48	-80,7%

Quando se considera o Rioprevidência, o resultado orçamentário apresenta uma queda de 80,7% no acumulado do ano. Mesmo assim, o Estado obteve superávits orçamentários de R\$ 92 milhões no bimestre e R\$ 408 milhões no acumulado do ano. O impacto da queda na entrada de recursos no Rioprevidência vem sendo amortecido pelo superávit financeiro de R\$1.347 milhões gerado em 2008. Verifica-se, assim, que, no Rio de Janeiro, a decisão de vincular as receitas de *royalties* e participações especiais ao Rioprevidência dotou-o de uma função estabilizadora do orçamento estadual, pois quando o mercado internacional do petróleo está em alta o Fundo acumula recursos e, quando está em baixa utiliza esses recursos evitando, na maioria das vezes, o aporte do tesouro estadual no Fundo Previdenciário.

II.1 Resultado Orçamentário

A piora no desempenho do Resultado Orçamentário no quarto bimestre pode ser rastreada na divergência entre a variação das receitas totais em -6,8% (-R\$461,4 milhões) e o crescimento das despesas em 9,6% (+R\$545,7 milhões), ambas em relação a período equivalente de 2008. Esta divergência reflete principalmente a retração das receitas de petróleo. No acumulado do ano, o resultado orçamentário caiu 80,7% frente a 2008 (-R\$ 1.711,8 milhões), com variações positivas de 2,6% nas receitas totais e 10,3% nas despesas totais. Se desconsiderarmos o déficit do Rioprevidência, que será suportado pelo superávit financeiro alcançado em 2008, o resultado orçamentário no ano se reduziu apenas 8,9% (-R\$286,7 milhões).

Parte do crescimento das despesas totais se explica pelo crescimento do investimento, de 147,2% no quarto bimestre e 90,7% no acumulado do ano, quando comparado com os períodos correspondentes em 2008

Os efeitos no atendimento das demandas do Estado da queda na receita de petróleo vêm sendo amortecidos pelo superávit financeiro do Rioprevidência constituído em 2008

Gráfico 1



A despeito da crise, o investimento do Estado cresceu 90,7% entre jan e ago de 2009 em comparação ao período equivalente de 2008

"Atos do Governador" do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 01/04/2009 sob o processo de número E-12/223/2009.

A despesa de “Pessoal e Encargos Sociais”⁵ também vem apresentando dinâmica bastante acentuada, explicada pelo aumento de 8% nos salários de professores e policiais, assim como novos concursos, a reclassificação do Nova Escola como despesa de pessoal, e fatores menores, como a reclassificação da despesa com cooperativas da saúde de custeio para pessoal. Com isto, a despesa de pessoal apresentou incremento nominal de 10,6% no quarto bimestre e 10,5% no acumulado do ano, enquanto as demais despesas correntes apresentaram aumento 13,2% frente ao quarto bimestre do ano passado (8,5% no ano). As despesas com juros e encargos da dívida cresceram 5,4% no bimestre em relação a 2008 e 3,0% no acumulado do ano, refletindo apenas parcialmente a proporcionalidade entre serviço da dívida e receitas correntes do estado (capturada pelo teto determinado pela evolução, defasada, da receita líquida real).

As despesas de capital foram 87,4% maiores vis-à-vis o quarto bimestre de 2008 (+R\$274,1 milhões). No acumulado do ano, esta rubrica apresenta variação positiva de 63,6% (+R\$665,6 milhões). Além dos investimentos, também as despesas de amortização da dívida apresentaram aumento significativo (+R\$45,0 milhões, equivalente a 41,1%), frente ao quarto bimestre de 2008. No acumulado do ano, já foram destinados R\$773,1 milhões para amortização de dívida.

II.2 Resultado Primário⁶

O arrefecimento das receitas tributárias e a forte contração no valor de royalties e participações especiais referente à produção de petróleo e gás recebidas pelo Estado, levaram o resultado primário do quarto bimestre de 2009 a ficar 63,4% abaixo do alcançado no mesmo

O crescimento da despesa de pessoal é em parte explicado pela reclassificação de algumas despesas anteriormente contabilizadas como de custeio ou investimento

Em 2009 já foram destinados R\$ 773 milhões para a amortização da dívida.

Tabela 4

RESULTADO PRIMÁRIO - COM E SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUL-AGO 2008/ JUL-AGO 2009

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2008	2009		2008	2009	
	RECETA (A)	6.801,88		6.340,45	-6,8%	
RECEITAS FINANCEIRAS (B)	109,88	141,54	28,8%	429,53	524,67	22,2%
RECETA NÃO-FINANCEIRA (C)	6.691,98	6.198,92	-7,4%	24.766,45	25.331,21	2,3%
DESPESA (D)	5.704,31	6.250,00	9,6%	23.075,72	25.447,40	10,3%
DESPESA FINANCEIRAS (E)	517,40	602,53	16,5%	2.057,61	2.374,98	15,4%
DESPESA NÃO-FINANCEIRA (F)	5.186,91	5.647,47	8,9%	21.018,10	23.072,42	9,8%
RES. PRIM. S/ RIOPREVIDÊNCIA (C-F) - (G)	1.203,43	769,99	-36,0%	4.918,55	4.923,90	0,1%
RES. PRIMÁRIO RIOPREVIDÊNCIA (G)	301,64	-218,54	172,5%	-1.170,20	-2.665,11	-127,7%
RESULTADO PRIMÁRIO C/ RIOPREV. (C-F)	1.505,07	551,45	-63,4%	3.748,34	2.258,79	-39,7%

⁵ Nesta seção, “Pessoal e Encargos Sociais” inclui gastos com Inativos e Pensionistas.

⁶ O resultado primário aqui, diferentemente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

período do ano passado (Tabela 4). No ano, a queda do resultado primário foi de 39,7%. Considerando o resultado sem Rioprevidência, a queda do quarto bimestre foi de 36,0% e estabilidade no acumulado do ano (0,1%), em relação aos respectivos períodos de 2008. Evidencia-se que a queda do resultado orçamentário excluído o Rioprevidência, se deve primordialmente ao aumento das despesas de juros/amortização da dívida (+296,6 milhões), ainda influenciada pela receita de 2008⁷.

III. Receita Estadual⁸

Nos oito primeiros meses de 2009, a receita estadual alcançou R\$25.855,9 milhões, implicando um crescimento de 2,6% em relação ao mesmo período de 2008. No entanto, a arrecadação do quarto bimestre apresentou redução de 6,8% frente ao mesmo período do ano anterior (Tabela 5).

III.1 Receitas Correntes

As receitas correntes alcançaram R\$25.280,7 milhões até agosto de 2009, 1,6% a mais em relação ao mesmo período de 2008. As receitas no quarto bimestre, no entanto, caíram em 10,2% em relação ao mesmo período de 2008 (-R\$677,5 milhões). As receitas tributárias apresentaram crescimento de 8,4% no acumulado do ano, mas apresentaram queda de 3,4% no quarto bimestre.

As receitas patrimoniais do quarto bimestre de 2009 foram 32,2% inferiores a 2008 (-24,0% no ano). O decréscimo destas receitas reflete principalmente o atual nível de preços internacionais do Petróleo, e a apreciação do câmbio.

O resultado primário no ano, excluído o Rioprevidência, foi praticamente igual (+0,1%) ao alcançado no mesmo período de 2008.

Tabela 5

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUL-AGO 2008/ JUL-AGO 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2008	2009		2008	2009	
TRIBUTÁRIA	3.778,56	3.650,86	-3,4%	14.915,18	16.162,92	8,4%
CONTRIBUIÇÕES	126,82	146,42	15,5%	507,61	564,51	11,2%
PATRIMONIAL	1.909,23	1.294,72	-32,2%	5.780,33	4.392,04	-24,0%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,11	1127,2%	0,02	0,14	551,4%
INDUSTRIAL	0,10	1,05	909,0%	0,75	3,98	431,0%
DE SERVIÇOS	112,09	50,47	-55,0%	562,29	203,12	-63,9%
TRANSF. CORR.	593,65	678,71	14,3%	2.614,11	3.063,68	17,2%
OUTRAS CORR.	150,57	171,22	13,7%	513,38	890,31	73,4%
REC. CORR.	6.671,04	5.993,56	-10,2%	24.893,67	25.280,71	1,6%
REC. CAPITAL	130,81	346,90	165,2%	302,30	575,17	90,3%
Total	6.801,85	6.340,45	-6,8%	25.195,97	25.855,88	2,6%

A Receita tributária cresceu 8,4% entre jan e ago de 2009, comparado ao mesmo período de 2008

⁷ A maior parte do serviço da dívida está atrelada a receita conforme a renegociação ocorrida em 1999 com a STN, sendo calculado como um percentual (13%) sobre a média móvel da Receita Líquida Real (RLR) dos últimos 12 meses, com defasagem de 2 meses para pagamento. Essa característica do contrato de renegociação da dívida com a STN torna o serviço da dívida do ano corrente significativamente atrelado à receita do ano anterior.

⁸ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do Rioprevidência.

O crescimento das transferências correntes foi em grande parte apenas aparente, por refletir em grande parte a devolução de parte dos recursos aplicados pelo Estado no FUNDEB, que é alimentado essencialmente por recursos dos impostos estaduais, enquanto as transferências federais mostraram-se pouco dinâmicas. A queda das receitas de serviço também reflete essencialmente um efeito estatístico, i.e, a alteração da classificação tradicional das receitas oriundas dos serviços prestados pelo DETRAN-RJ (vistoria, emissão de documentos, etc.), recentemente classificadas como receitas de Taxas (tributárias), em cumprimento a determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ).

III.1.1 Receita Tributária

A receita tributária até agosto de 2009 foi de R\$16.162,9 milhões (+8,4% em relação a 2008), sendo R\$ 3.650,9 milhões (-3,4%) correspondentes ao quarto bimestre (Tabela 6). Esses valores devem ser ajustados para a reclassificação das taxas do DETRAN e ao adiamento do repasse de IRRF por parte do Rioprevidência. Ajustadas a esses fatores, a receita tributária cresceu 6,4% no acumulado do ano e caiu apenas 0,5% no quarto bimestre em relação aos respectivos períodos de 2008.

A estabilidade da arrecadação do ICMS no Rio de Janeiro, apesar das flutuações das economias nacional e fluminense (Box 2), explica-se em parte pelos esforços de arrecadação e aumento da conformidade legal dos contribuintes, assim como pela composição de sua base, com forte presença de setores como eletricidade (15,4% do arrecadado com ICMS, com variação de 8,5% no ano), telefonia (18,1%, com variação bastante modesta de 3,1% ao ano), cuja demanda tipicamente apresenta baixa elasticidade (Tabela 7). O setor de petróleo-petroquímica, apesar de se esperar baixa elasticidade, apresentou crescimento muito moderado no ano (1,4%) e importante queda no bimestre (-24%), o que—devido o seu peso—contribuiu com uma redução de mais de R\$ 100 milhões na arrecadação do período. Ainda na área de

As transferências correntes cresceram 17,2% no ano, refletindo principalmente um artifício contábil decorrente do FUNDEB, que é uma receita que sai dos próprios cofres do Estado, e o crescimento das transferências do SUS.

A arrecadação da receita tributária no 4º bimestre foi 3,4% menor do que aquela no período equivalente de 2008; excluindo-se a reclassificação das taxas do DETRAN e o adiamento do repasse do IRRF por parte do Rioprevidência, a queda foi de apenas 0,5%.

Tabela 6

RECEITA TRIBUTÁRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUL-AGO2008/ JUL-AGO 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.778,56	3.650,86	-3,4%	14.915,18	16.162,92	8,4%
ICMS	2.890,60	2.851,28	-1,4%	11.285,74	11.833,71	4,9%
Adicional do ICMS	314,48	308,66	-1,9%	1.235,18	1.296,65	5,0%
IRRF	301,56	126,10	-58,2%	753,86	646,10	-14,3%
IPVA	113,19	125,08	10,5%	1.093,98	1.340,33	22,5%
ITD e ITBI	48,16	64,41	33,7%	165,54	187,66	13,4%
Taxas	110,58	175,33	58,5%	380,89	858,48	125,4%



combustíveis, o Estado tem aumentado a vigilância no que tange à entrada de álcool sem o devido pagamento do ICMS (Box 1).

Os setores industriais de modo geral ainda apresentam grande volatilidade. O setor da Metalurgia e Siderurgia, por exemplo, teve uma queda de 27,0% no bimestre e 30,3% no acumulado do ano, reduzindo sua participação na arrecadação de ICMS em aproximadamente 1/3 – 5,6% para 3,7%. Assim também os setores de Eletroeletrônico (3,9% no bimestre 20,2% no ano) e Transporte Viário (1,3% no bimestre e -3,9% no ano).

Em termos de contribuição para a variação da receita de ICMS no acumulado do ano em relação ao mesmo período de 2008, a energia elétrica foi a que mais contribuiu, com 1/4 do total, refletindo aumento de tarifa de uma das grandes concessionária e continuados esforços na coibição do consumo não medido por outra. O setor de supermercados também vem apresentando desempenho favorável, com crescimento da receita 13,9% no bimestre e 10,5% no ano, na esteira do fortalecimento da fiscalização de redes grandes e pequenas.

A arrecadação do IPVA apresentou crescimento de 22,5% no acumulado do ano e 10,5% no quarto bimestre de 2009 (tabela 6). Este desempenho está associado à cobrança iniciada pela SEFAZ em 2008 e à ação repressiva desenvolvida pelo DETRAN/RJ a partir do começo de 2009, tendo a última contribuído para aumentar notadamente a receita no primeiro semestre.

O Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doações – ITD – apresentou elevação no quarto bimestre de 33,7% em relação ao mesmo período de 2008 (Tabela 6), aumentando para 13,4% o crescimento acumulado do ano, explicada em grande parte por algumas doações excepcionais de valores mobiliários no último bimestre.

O crescimento das receitas de Taxas (Tabela 8), em relação aos períodos equivalentes de 2008, foi de 58,5%

Tabela 7

ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		part % 2009	var % 09/08	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		part % 2009	var % 09/08
	2008	2009			2008	2009		
BEBIDAS	130,14	128,63	4,5%	-1,2%	602,62	621,34	5,3%	3,1%
EDITORIAL E GRÁFICA	67,48	87,35	3,1%	29,4%	275,87	325,10	2,7%	17,8%
ELETROELETRÔNICO	30,12	28,95	1,0%	-3,9%	148,15	118,29	1,0%	-20,2%
ENERGIA ELÉTRICA	362,13	380,18	13,3%	5,0%	1.682,71	1.825,75	15,4%	8,5%
METALURGIA / SIDERURGIA	186,89	136,50	4,8%	-27,0%	632,44	440,65	3,7%	-30,3%
PERFUMARIA / COSMÉTICOS	69,85	76,49	2,7%	9,5%	270,23	294,99	2,5%	9,2%
PETROLÍFERA / PETROQUÍMICA	419,55	318,86	11,2%	-24,0%	1.417,38	1.437,60	12,1%	1,4%
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	66,57	82,95	2,9%	24,6%	288,56	355,24	3,0%	23,1%
PRODUTOS FARMACÉUTICOS	109,87	119,48	4,2%	8,8%	402,31	468,16	4,0%	16,4%
QUÍMICA	98,84	136,30	4,8%	37,9%	392,24	486,71	4,1%	24,1%
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	520,92	532,77	18,7%	2,3%	2.080,50	2.144,87	18,1%	3,1%
SERVIÇOS DE TRANSPORTE	36,33	37,09	1,3%	2,1%	132,77	144,58	1,2%	8,9%
SUPERMERCADOS (ATAQ.VAREJO)	140,09	159,57	5,6%	13,9%	566,65	626,34	5,3%	10,5%
TÊXTIL / VESTUÁRIO	70,50	102,01	3,6%	44,7%	276,38	360,76	3,0%	30,5%
TRANSPORTE VIÁRIO	102,61	103,94	3,6%	1,3%	389,03	373,71	3,2%	-3,9%
OUTROS	478,71	420,25	14,7%	-12,2%	1.730,58	1.809,58	15,3%	4,6%
TOTAL	2.890,59	2.851,31	100,0%	-1,4%	11.288,38	11.833,69	100,0%	4,8%

A arrecadação do IPVA aumentou 10,5% no terceiro bimestre de 2009 em relação a 2008, resultado da ação repressiva do DETRAN/RJ a partir do começo do ano.

Tabela 8

RECEITA DE TAXAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUL-AGO 2008 / JUL-AGO 2009

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2008	2009		2008	2009	
Taxas	110,58	175,33	58,5%	380,89	658,48	125,4%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	3,70	23,29	530,2%	13,03	211,80	1525,6%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito*	0,00	20,30	0,0%	0,00	198,82	0,0%
Outras	3,70	2,99	-19,1%	13,03	12,98	-0,4%
Taxas pela Prestação de Serviços	106,89	152,03	42,2%	367,86	646,67	75,8%
Emolumentos e Custas Judiciais	42,78	50,61	18,3%	144,81	179,40	23,9%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	34,42	41,06	19,3%	120,24	137,19	14,1%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	29,69	60,36	103,3%	102,82	330,08	221,0%
Taxa de Serviços de Trânsito*	0,00	48,90	0,0%	0,00	217,82	0,0%
Outras	29,69	11,46	-61,4%	102,82	112,26	9,2%

Nota: * Taxas do DETRAN



no quarto bimestre de 2009 e 125,4% no acumulado do ano. Este crescimento está relacionado à reclassificação da Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito (R\$ 20,3 milhões no bimestre) e da Taxa de Serviços de Trânsito (R\$ 48,9 milhões no bimestre), ambas arrecadas pelo DETRAN e antes classificadas em receitas de Serviços (até 2008). Juntas, elas totalizaram 39,5% do recolhimento total de Taxas no bimestre, e 48,5% do recolhimento no acumulado do ano. Excluindo-se os valores do DETRAN, as Taxas no bimestre se reduziram em 4,0% em relação ao mesmo período de 2008, enquanto no acumulado do ano houve um crescimento de 16,0%. Parte da redução do bimestre se deve à antecipação para primeiros meses do ano do período de vencimento de certos emolumentos (e.g., do Corpo de Bombeiros e de Registro no Comércio) e taxas (e.g., de Prevenção e Extinção de Incêndio).

Box 1 – A entrada de Álcool no Estado sem pagamento de ICMS

A modernização do controle da circulação de mercadorias na esteira da implantação da Nota Fiscal Eletrônica - NFE e outros mecanismos têm facilitado a análise do pagamento do ICMS no Estado. Um dos primeiros setores a estarem operando com NFE foi o de combustíveis. Por este mecanismo, cada vez que um caminhão passa por um posto fiscal, ele deve apresentar o DANFE – Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, que é uma representação gráfica simplificada da Nota Fiscal Eletrônica, em papel comum e em via única. Este documento é registrado eletronicamente e permite o rastreamento da correspondente NFE. De acordo com os registros mais recentes, foram apresentados 16,500 DANFEs relativos à entrada de álcool pela Via Dutra entre janeiro e agosto de 2009, sendo aproximadamente 9,000 a partir de maio.

O valor de ICMS devido por caminhão de álcool é tipicamente da ordem de R\$ 10 mil, o que implica o potencial de arrecadação de R\$ 700 mil por dia, apenas no posto com a divisa de São Paulo. No entanto, aproximadamente 1/3 dos caminhões que passam por este posto não apresentam recolhimento do ICMS devido, amparados em mandados de segurança concedidos a determinadas empresas.

Por força de decisão judicial não há apreensão da carga cujo imposto não foi pago. De fato, mandados de segurança permitem que aproximadamente uma dúzia de empresas introduza expressivo volume de álcool no Estado do Rio de Janeiro sem o recolhimento prévio do imposto exigido pelo regulamento. Infelizmente, na maior parte dos casos, verificação posterior indica que não há pagamento depois da entrada do combustível, tampouco. Com isto, há uma perda de

receita de mais de R\$ 5 milhões por mês, só correspondente às entradas com mandado de segurança pelo posto de Nhangapi. O não pagamento tempestivo do imposto tem levado a administração tributária a autuar o destinatário e/ou o remetente da carga. Cada auto, tipicamente, se refere a 30-50 DANFEs que não foram honrados com pagamentos após a internação da carga, e que excedem 3,000 só em 2009.

A constituição deste crédito tributário—no valor projetado de mais de R\$ 60 milhões de ICMS não recolhido por ano, se desdobra, no caso de sua impugnação, no julgamento em sede administrativa e seu eventual envio a cobrança judicial, caso assim determinado pelo Conselho de Contribuintes. Diversas distribuidoras vêm sendo inscritas na Dívida Ativa após julgamento pelo Conselho, por conta desta e de outras irregularidades no recolhimento do ICMS, permitindo que o respectivo crédito tributário constituído pela Fiscalização estadual passe a ser objeto de execução judicial por parte do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

III.1.2 Receita Patrimonial e *Royalties*

A Receita Patrimonial no acumulado do ano alcançou o montante de R\$4.392,0 milhões (-24,0%) e R\$1.294,7 milhões no quarto bimestre (-32,2%), conforme a Tabela 9. O principal motivo desta queda foi o decréscimo da receita de petróleo e gás, que foi de 35,1% no bimestre e 32,3% no acumulado do ano, em relação aos respectivos períodos de 2008.

A contínua queda das participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás deu-se por motivos alheios ao controle do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em especial a queda nos preços internacionais do petróleo (-50,6%), que não foi compensada pelo aumento do câmbio (22,7%) e da produção (10,2%) no período de cálculo do bimestre (Mai-Jun).

A Participação Especial (PE) recebida em agosto foi 38,4% menor do que a recebida no mesmo mês de 2008, representando uma redução de R\$478,4 milhões. Essa forte queda se deve, além do efeito-preço do Brent, ao fato da PE ser calculada sobre o resultado líquido dos campos, refletindo relativa rigidez dos custos na operação das principais concessionárias de petróleo.

Tabela 9

RECEITA PATRIMONIAL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUL-AGO 2008/ JUL-AGO 2009

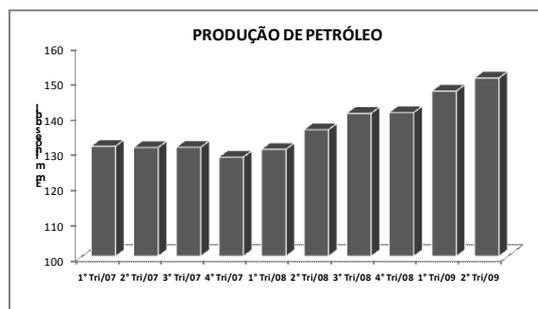
R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITA PATRIMONIAL	1.909,23	1.294,72	-32,2%	5.780,33	4.392,04	-24,0%
Petróleo	1.673,36	1.085,72	-35,1%	4.469,10	3.024,30	-32,3%
Royalties	426,15	317,00	-25,6%	1.429,26	1.026,38	-28,2%
Part. Especial	1.246,71	768,36	-38,4%	3.038,17	1.996,75	-34,3%
FEP	0,49	0,36	-27,7%	1,67	1,17	-29,7%
CFT's	137,00	123,10	-10,1%	1.025,13	973,59	-5,0%
Aplic. Financeiras	92,86	76,43	-17,7%	248,11	354,19	42,8%
Demais Rec. Patrimoniais	6,02	9,48	57,7%	38,00	39,96	5,2%

Tabela 9.1

Discriminação	Mai-Jun 2008	Mai-Jun 2009	Var. %
Produção (milhões de bbl)	91,64	100,96	10,2%
Brent (US\$/bbl)	127,56	62,96	-50,6%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,64	2,01	22,7%

Gráfico 2



O valor dos resgates dos CFTs⁹, segunda maior receita patrimonial, efetuados no quarto bimestre de 2009 foi 10,1% menor que o realizado no mesmo período de 2008 (Tabela 9). No acumulado do ano a redução foi de 5,0%, refletindo em parte o comportamento do IGP, indexador do principal dos certificados, e que determina o seu valor no momento do resgate. Cabe lembrar que a receita advinda do resgate desses títulos é resultado da permuta de haveres financeiros com o Tesouro Nacional. Pela troca, o Estado recebeu CFTs, cedendo ativos associados às receitas estaduais da produção de petróleo e gás à União até 2014. Os CFTs não se constituem, portanto, fonte de receita adicional efetiva para o Estado, visto que seu valor é indiretamente subtraído das receitas de petróleo, eliminando qualquer contribuição líquida deste títulos para as receitas consolidadas do Estado, salvo por diferenças temporais no calendário de seu resgate.

III.1.3 Receita de Transferências

As receitas de transferências somaram R\$678,7 milhões no quarto bimestre de 2009, e R\$3.063,7 milhões no acumulado do ano, o que representa um aumento de 14,3% e 17,2% em relação aos mesmos períodos do ano de 2008. (Tabela 10).

O aumento da transferência está relacionado basicamente ao efeito da maior vinculação do FUNDEB a sua base de receita. O ano 2009 é o último do período de crescimento escalonado da vinculação da receita de Impostos e Transferências Constitucionais ao FUNDEB, relacionado à transição do FUNDEF para FUNDEB.

Na prática, o crescimento da receita recebida do FUNDEB é apenas a contrapartida da maior transferência que o Estado fez ao Fundo, e em menor medida ao crescimento da participação do Estado sobre o volume de recursos do FUNDEB, também relacionada à transição de FUNDEF para FUNDEB na qual as matrículas do Ensino Médio

Tabela 10

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS						
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUL-AGO 2008/ JUL-AGO 2009						
R\$ milhões						
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	593,65	678,71	14,3%	2.614,11	3.063,68	17,2%
Transf da União	298,25	358,15	20,1%	1.539,39	1.668,49	8,4%
FPE	112,38	97,39	-13,3%	476,46	453,38	-4,8%
IPI exp	96,57	66,52	-31,1%	349,70	277,67	-20,6%
IOF	0,01	0,01	-56,1%	0,05	0,04	-12,8%
CIDE	19,09	12,91	-32,4%	67,09	28,45	-57,6%
SUS	115,56	111,33	-3,7%	417,43	572,94	37,3%
Salário Educação	38,24	43,17	12,9%	159,79	185,31	16,0%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	57,18	57,18	0,0%
Demais Transf. da União	-97,90	12,53	-112,8%	11,69	93,51	699,9%
FUNDEB	239,71	272,79	13,8%	957,40	1.248,37	30,4%
Convênios	55,45	47,76	-13,9%	115,68	144,57	25,0%
Outras Transf. Corr.	0,01	0,02	40,1%	1,43	2,26	58,2%

⁹ Certificados Financeiros do Tesouro.



entraram progressivamente no cálculo do rateio entre o Estado e Municípios.

No caso das Transferências da União, o aumento está relacionado basicamente ao crescimento das transferências do SUS (+R\$ 155,5 milhões, ou 37,3% no acumulado do ano). No entanto, o quarto bimestre já apresenta um arrefecimento desse crescimento, com queda de 3,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento das transferências do SUS no ano está relacionado ao maior volume de recursos que obrigatoriamente o governo federal deverá transferir aos Estados e Municípios esse ano, assim como aos novos programas desenvolvidos pelo Estado.

As outras transferências da União apresentaram acentuada queda, com exceção para o Salário Educação (12,9% no bimestre e 16,0% no ano em relação aos mesmos períodos do ano anterior) e o Fundo de Auxílio Exportador (FEX), classificado como Demais Transferências da União, que teve sua transferência adiantada em relação aos anos anteriores em que ocorria basicamente no último trimestre (por outro lado, na ausência de excesso de arrecadação no âmbito federal, o adicional do FEX não deverá se materializar em 2009).

O FPE apresentou uma redução de 13,3% no bimestre e 4,8% no acumulado do ano em relação aos mesmos períodos do ano de 2008. Essa queda se deve à redução da arrecadação federal de IR e em maior medida de IPI, por conta de desonerações e redução da produção. Também o IPI-Exp apresentou queda de 31,1% no bimestre e 20,6% no acumulado do ano em relação aos mesmos períodos do ano anterior. A CIDE também apresentou queda de 32,4% no bimestre e 57,6% no acumulado do ano em relação aos mesmos períodos do ano anterior.

Por fim, cabe ressaltar o crescimento da receita de Convênios, que aumentou em 25,0% no acumulado do ano, apesar de no quarto bimestre ter caído 13,9% em

O FPE apresentou redução de 13,3% no bimestre e 4,8% no ano, enquanto o IPI-Ex apresentou queda de 31,1% no bimestre e 20,6% no ano; houve ainda perda de R\$ 40 milhões na transferência da CIDE.

Os convênios com a União, com a aceleração de algumas obras do PAC, tiveram variação de 25,0% em relação ao acumulado dos oito primeiros meses de 2008.

relação ao mesmo período de 2008. Um dos principais motivos para o aumento foi o desenvolvimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A transferência voluntária decorrente de convênio alcançou R\$144,6 milhões nos primeiros oito meses de 2009.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

A contabilização das Demais Receitas Correntes deve levar em consideração a mudança de classificação das receitas do DETRAN e o encontro de contas da CEDAE. Ajustada para esses fatores, houve crescimento de 13,4% no ano, enquanto que o valor não ajustado aponta para um crescimento de apenas 4,9% no ano e redução de 5,2% no quarto bimestre de 2009

A arrecadação da dívida ativa, descontada a receita da CEDAE, apresentou ligeira queda no ano, refletida na redução de 1,1% no bimestre, não obstante a adoção de alguns instrumentos novos para a cobrança dos créditos tributários—tais como o protesto de títulos da dívida, autorizado por lei em final de 2008 e implementado com o apoio do Tribunal de Justiça em meados de 2009. Em contraste com uma receita da ordem de R\$ 60 milhões nos dois primeiros quadrimestres do ano, os valores inscritos na dívida ativa têm sido muito expressivos. O fluxo de inscrições de créditos julgados pelo Conselho de Contribuintes sem impugnação excedeu dez mil autos em 2009, no valor de R\$ 1,7 bilhão (Tabela 12). Trata-se portanto de inscrições no valor de aproximadamente 10% da arrecadação total do ICMS, refletindo a produtividade da administração tributária. O total inscrito desde 2007 excede R\$ 6 bilhões, refletindo também a agilidade da Junta de Revisão Fiscal e do Conselho de Contribuintes— este recentemente certificado com o ISO 9001.

A maior parte do crescimento das Demais Receitas Correntes, não relacionado a eventos extraordinários, foi determinada pelo desempenho da Receita de

Tabela 11

DEMAIS RECEITAS CORRENTES

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUL-AGO 2008/ JUL-AGO 2009

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2008	2009		2008	2009	
	R\$ milhões					
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	389,59	369,27	-5,2%	1.584,05	1.662,07	4,9%
Receita de Contribuições	126,82	146,42	15,5%	507,61	564,51	11,2%
Receita Agropecuária	0,01	0,11	1127,2%	0,02	0,14	551,4%
Receita Industrial	0,10	1,05	909,0%	0,75	3,98	431,0%
Receita de Serviços	112,09	50,47	-55,0%	562,29	203,12	-63,9%
Multas e Juros de Mora	47,60	53,34	12,1%	167,30	194,83	16,5%
Indenizações e Restituições	18,87	16,07	-14,8%	62,69	51,93	-17,2%
Dívida Ativa	19,79	19,56	-1,1%	62,05	357,24	475,7%
Receitas Diversas	64,31	82,25	27,9%	221,34	286,32	29,4%

Tabela 12

INSCRIÇÕES NA DÍVIDA ATIVA 2007-2009

Inscrições R\$ MM	2007	2008	2009
Ano fechado	1.726,5	2.575,4	
Jan-Ago	1.117,7	1.640,1	1.749,2

As inscrições em dívida ativa somaram R\$ 1,7 bilhão em 2009, refletindo a produtividade da Administração Tributária; se confirmado no Tribunal esse crédito aumentaria a receita de ICMS em 10% e a Receita Corrente Líquida do Estado em mais de 5%,

Contribuições e da arrecadação de Multas e Juros de Mora. A Receita de Contribuições teve crescimento de 15,5% no quarto bimestre e 11,2% no acumulado do ano, em relação aos mesmos períodos de 2008, determinado pela expansão dos gastos em Pessoal e Encargos Sociais. As Multas e Juros de Mora cresceram 12,1% no bimestre e 16,5% no acumulado do ano, em grande parte devido ao pagamento atrasado de IPVA.

III.2 Receitas de Capital

As receitas de capital, que incluem o desembolso de empréstimos, apresentaram elevação de 165,2% no quarto bimestre e 90,3% no acumulado do ano (Tabela 13).

Os três principais componentes das receitas de capital são as Operações de Crédito, Amortização de Empréstimos (FUNDES) e Transferências de Capital. As Operações de Crédito apresentaram expressiva expansão de 115,8% no bimestre, reduzindo a defasagem no acumulado ano em relação a 2008 para 30,7%. A amortização de Empréstimos apresentou elevado crescimento no bimestre, determinado pelo adiamento de receita do bimestre anterior, garantindo uma expansão acumulada de 37,3% do ano em relação ao mesmo período de 2008. As Transferências de Capital foram o grande destaque no período, com crescimento de 149,4% no bimestre e 244,9% no acumulado do ano em relação aos mesmos períodos do ano anterior. Com indicado acima, grande parte dessa expansão se deve a execução do PAC.

III.3 Contingenciamento decorrente da reestimativa da Receita

Em cumprimento ao disposto nos Artigos 9 e 13 da Lei Complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000, combinado com o estabelecido no Art. 36 da Lei Estadual Nº 5290, de 17 de julho de 2008 - Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Rio de Janeiro para 2009, fez-se necessária a limitação de empenho (contingenciamento) e movimentação financeira de

Tabela 13

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUL-AGO 2008/ JUL-AGO 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITAS DE CAPITAL	130,81	346,90	165,2%	302,30	575,17	90,3%
Operações de Crédito	12,19	26,30	115,8%	115,83	80,24	-30,7%
Alienação de Bens	0,16	0,00	0,0%	0,19	0,44	126,9%
Amortiz. de Empréstimos	4,66	38,81	732,7%	65,40	89,80	37,3%
Transf. de Capital	112,95	281,71	149,4%	117,30	404,55	244,9%
Outras Rec. de Capital	0,85	0,08	-90,7%	3,59	0,14	-96,0%

Dentre as receitas de capital, as transferências de capital associadas ao PAC estiveram entre as mais destacadas.



dotações do orçamento do presente exercício, devido a redução das receitas projetadas em relação às previstas no orçamento.

Os Artigos 9º e 13º da Lei Complementar Nº. 101/2000 estabelecem regras referentes ao contínuo monitoramento da receita prevista na lei de orçamento anual e à eventual necessidade de contenção das despesas, de modo a evitar desequilíbrios.

Atualmente, o valor total a permanecer contingenciado é cerca de R\$ 1,112 bilhão. Esse valor só não é maior porque o Estado reconheceu um superávit financeiro de R\$ 1,547 bilhão de 2008 – R\$ 200 milhões em Fontes Tesouro e R\$ 1,347 bilhão no Rioprevidência. O superávit do Rioprevidência em 2008 impediu que a expressiva frustração de receita dos Royalties e PE provocasse redução nas dotações orçamentária no presente ano. A decisão de vincular as receitas de Royalties e PE ao Rioprevidência, como anteriormente apontado, dotou o orçamento de uma função estabilizadora, impedindo que as significativas flutuações dessas receitas sejam transmitidas para as dotações das despesas.

A redução da receita projetada em relação à previsão inicial está associada direta ou indiretamente aos efeitos da crise financeira internacional. A crise afetou, por exemplo, a disposição da venda das ações da CEDAE, orçado em R\$ 1 bilhão.

Podemos decompor as causas da necessidade de contingenciamento no valor de R\$ 1,112 bilhão, decorrente da frustração de receita em:

1) **R\$ 500 milhões** - Frustração de receita da venda de ações da CEDAE (R\$ 1 bilhão) não coberta pelo Superávit Financeiro nas Fontes Tesouro no valor de R\$ 200 milhões e a receita extraordinária proveniente do encontro de contas entre CEDAE e Estado, que resultou no pagamento de aproximadamente R\$ 300 milhões à Dívida

Ativa, referentes ao ICMS não recolhido em anos passados;

2) **R\$ 435 milhões** - Frustração da receita de Transferências da União relativo ao FPE (R\$ 132 milhões) e IPI-Exp (R\$ 303 milhões) (Tabela 14);

3) **R\$ 127 milhões** – Queda da projeção da Receita Tributária em relação à previsão do orçamento - redução de R\$ 426 milhões de ICMS + FECP e R\$ 33 milhões no ITD, parcialmente compensada pelo crescimento de R\$ 257 milhões do IPVA e 75 milhões do IR;

4) **R\$ 50 milhões** - Queda projetada da receita de retorno do FUNDEB, devido a redução projetada para as Receitas Tributárias e de Transferências da União, parcialmente amortecida pelo crescimento acima do esperado das receitas financeiras.

O monitoramento das receitas não afasta a possibilidade de novos contingenciamentos, em caso de maior queda nas transferências federais.

Tabela 14

PROJEÇÃO INICIAL E ATUAL DE FPE E IPI exp

DISCRIMINAÇÃO	Proj. Inicial 2009*	Proj. Atual 2009	Diferença	var %
FPE	813,74	682,25	-131,50	-16,2%
IPI exp	713,78	410,76	-303,02	-42,5%
Total	1.527,53	1.093,01	-434,52	-28,4%

* Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (Agosto/08)

BOX 2 – PANORAMA ECONÔMICO

A indústria fluminense, como a brasileira de modo geral, vem apresentando sinais de recuperação. Ainda assim, o nível de produção de julho na indústria de transformação foi 7,3% menor que em 2008 (1º Gráfico). Por outro lado, a indústria extrativa apresentou forte crescimento de 9,5% (2º Gráfico); esta indústria, ao contrário da primeira, no entanto, não contribuiu significativamente para a arrecadação do ICMS.

O consumo fluminense, medido pelo índice de vendas no comércio varejista, apresentou comportamento similar ao brasileiro em julho (ambos subiram pouco mais de 9% em relação ao ano passado e na faixa de 4% relação ao mês anterior).

O salário médio real, por outro lado, tem sofrido pouco no ciclo econômico, mantendo uma tendência de crescimento desde 2007, com alguma variação negativa em meses recentes (a variação de janeiro de 2009 é sazonal, por causa do 13º em dezembro). Parte da manutenção do poder de compra se explica pela relativa estabilidade do índice de preços ao consumidor, tanto no caso fluminense como



no brasileiro e, ainda, a convergência para a meta de inflação no acumulado dos doze meses em agosto de 2009.

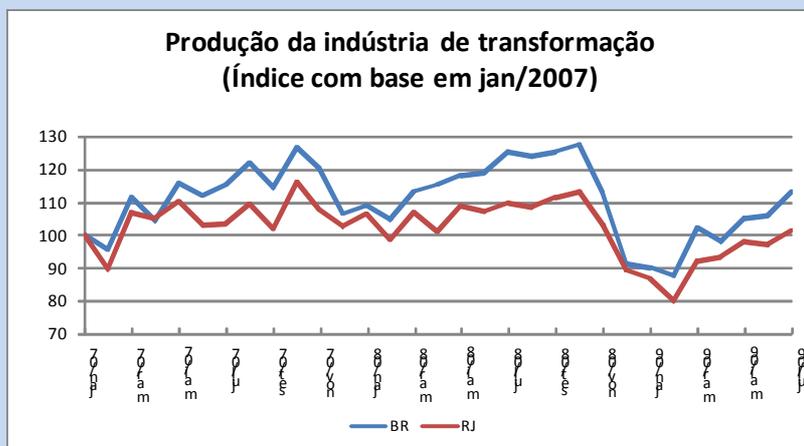
A oferta de trabalho no ERJ (captada pela população economicamente ativa) continuou relativamente estável, da mesma forma como no resto do país. Com relação ao emprego, verifica-se, em agosto, aumento do número de empregados com carteira de trabalho assinada (1,6%) e queda dos empregados sem carteira (3,1%), em relação ao ano anterior, o que está contribuindo para a crescente evolução do grau de formalização do emprego (3º Gráfico). Tal aumento no emprego combinado à relativa estabilidade da oferta de trabalho resultou em ligeira queda dos níveis de desemprego no ERJ (5,6% em agosto de 2009, contra 6,9% um ano antes), ao contrário do Brasil (8,1% em 2009, contra 7,6% em 2008).

PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE									
PRODUÇÃO E VENDAS		Variação mensal (%)				Variação em 12 meses (%)			
		mai/09	jun/09	jul/09	ago/09	mai/09	jun/09	jul/09	ago/09
Produção na Indústria Extrativa (1)	BR	5,7%	4,4%	5,0%	-	-14,2%	-9,4%	-10,1%	-
	ERJ	3,9%	-5,2%	4,4%	-	11,4%	8,2%	9,5%	-
Produção na Indústria de Transformação (1)	BR	7,3%	0,9%	6,6%	-	-11,0%	-10,9%	-9,9%	-
	ERJ	5,0%	-0,6%	4,3%	-	-10,0%	-9,2%	-7,3%	-
Vendas no Varejo (2)	BR	5,2%	-4,0%	3,6%	-	7,6%	9,6%	9,4%	-
	ERJ	5,1%	-3,2%	4,4%	-	6,9%	9,6%	9,5%	-
ÍNDICE DE PREÇOS		Variação mensal (%)				Variação em 12 meses (%)			
		mai/09	jun/09	jul/09	ago/09	mai/09	jun/09	jul/09	ago/09
Índice de Preços ao Consumidor (3)	BR	0,4%	0,1%	0,3%	0,2%	5,6%	4,9%	4,7%	4,7%
	ERJ	0,3%	0,2%	-0,1%	0,0%	5,5%	5,0%	4,7%	4,5%
OCUPAÇÃO E RENDA		Variação mensal (%)				Variação em 12 meses (%)			
		mai/09	jun/09	jul/09	ago/09	mai/09	jun/09	jul/09	ago/09
Pessoas Economicamente Ativas (4)	BR	0,3%	0,0%	0,7%	0,6%	0,6%	1,2%	0,2%	0,9%
	ERJ	-0,3%	1,0%	-0,3%	0,6%	-1,2%	-0,6%	-0,3%	-0,7%
Rendimento Médio Real do Trabalho (5)	BR	-0,4%	0,4%	0,6%	-	2,5%	3,4%	1,7%	-
	ERJ	-1,5%	4,0%	1,3%	-	-2,2%	2,0%	-1,0%	-
Empregado sem carteira (6)	BR	1,7%	0,1%	0,4%	1,1%	-2,8%	-3,8%	-5,6%	-5,4%
	ERJ	0,1%	0,8%	2,8%	-1,8%	-2,0%	-1,4%	-1,5%	-3,1%
Empregado com carteira (7)	BR	0,5%	0,5%	1,5%	-1,1%	2,3%	2,0%	4,0%	2,9%
	ERJ	1,0%	2,4%	-0,8%	0,9%	-1,0%	1,6%	2,9%	1,6%
DESEMPREGO		mai/09	jun/09	jul/09	ago/09	mai/08	jun/08	jul/08	ago/08
Taxa de Desocupação (8)	BR	8,8	8,1	8,0	8,1	7,9	7,9	8,1	7,6
	ERJ	6,6	6,3	6,3	5,6	6,4	6,6	7,3	6,9

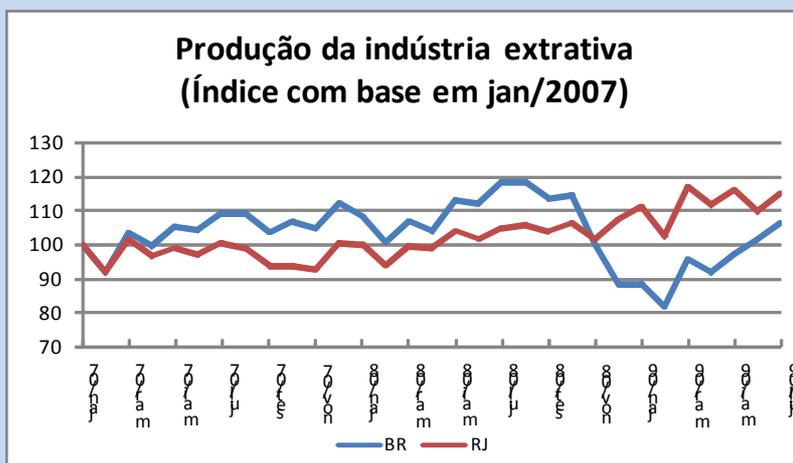
Fonte: Elaboração própria da Sefaz-SSEE a partir de séries de dados do IBGE e FGV.

(1) Produção física industrial, PIM-PF Brasil (BR) e Regional (RJ) - IBGE. (2) Receita nominal de vendas no comércio varejista, PMC - IBGE.

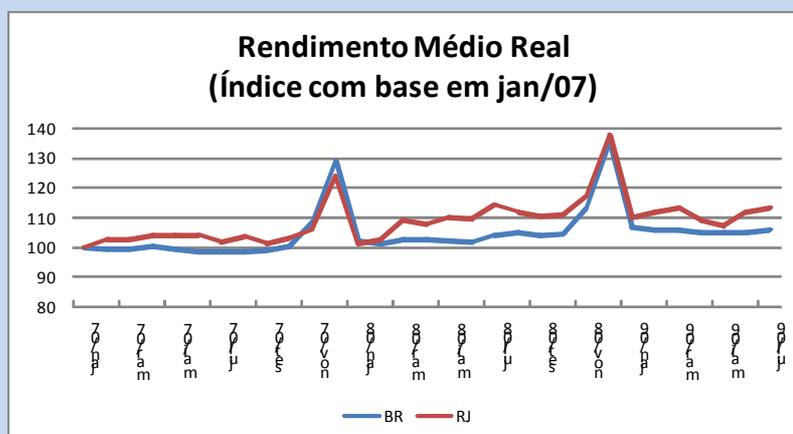
(3) Índice de Preços ao Consumidor, FGV (RJ e BR). (4) População economicamente ativa, PME-IBGE. (5) Rendimento médio real efetivamente recebido do trabalho principal, PME-IBGE. (6) População ocupada sem carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (7) População ocupada com carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (8) Grau de Formalidade = (trabalhador com carteira de trabalho assinada + militares ou funcionários públicos estatutários + empregador)/(trabalhador com carteira de trabalho assinada + militares ou funcionários públicos estatutários + empregador + trabalhador sem carteira de trabalho assinada + conta própria), PME-IBGE. (8) Taxa de desocupação, PME-IBGE. Observações: As informações coletadas pela PME se referem às regiões metropolitanas. Os traços correspondem a valores não existentes no período proposto.



Fonte: Elaboração própria a partir da PIM-PF Brasil (BR) e PIM-PF Regional (RJ) – IBGE.



Fonte: Elaboração própria a partir da PIM-PF Brasil (BR) e PIM-PF Regional (RJ) - IBGE.



Fonte: Elaboração própria a partir da PME - IBGE.



IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

Ao final do 2º quadrimestre de 2009, a dotação anual alcançou R\$42.784 milhões, já consideradas as alterações orçamentárias efetuadas ao longo do ano. Em relação à dotação inicial, aprovada na Lei nº 5.369, de R\$41.942 milhões, o crescimento foi de 2% (R\$842 milhões), que inclui a incorporação de excesso de arrecadação de impostos (+R\$280,72 milhões), superávits financeiros apurados em balanços de 2008 e recursos provenientes de novos convênios. Por força da frustração de algumas receitas, verificada no começo do ano, determinou-se contingenciamento no âmbito de unidades orçamentárias do Poder Executivo (R\$1.111 milhões).

A execução da despesa no segundo quadrimestre de 2009¹⁰ – descontadas as classificadas como intra-orçamentárias — alcançou um valor liquidado de R\$ 25,44 bilhões¹¹, representando 61,1% do valor disponível (Tabela 15). Esta execução é um pouco inferior à do período equivalente de 2008 (62,4%). O uso do espaço orçamentário do Executivo também vem se dando em ritmo sustentado, tendo sido empenhados, até o final de agosto, R\$28,70 bilhões dos R\$ 33,41 bilhões liberados para o período janeiro-agosto. Do valor empenhado, 92% já foi liquidado, aí incluída a despesa de pessoal (Tabela 16).

As despesas do Poder Executivo até o 2º quadrimestre cresceram 10,3% quando comparadas a igual período de 2008 (Tabela 17). A média de crescimento dos Outros Poderes nesses oito meses foi de 9,68% em relação ao mesmo período de 2008, com maior crescimento nas despesas de custeio.

O incremento de 15,1% (+R\$49,19 milhões) na despesa do Ministério Público e de 10,85% (+R\$130,16 milhões) no

Tabela 15

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL JAN-AGO 2008 / JAN-AGO 2009					
R\$ milhões					
ANO	DOTAÇÃO	CONTING.	DISPONÍVEL	LIQUIDADO JAN-AGO	% LIQU. / DISPONÍVEL
2008	37.196	250	36.946	23.062	62,42%
2009	42.784	1.111	41.673	25.446	61,06%

* Desconsideradas as despesas intra-orçamentárias.

** Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Ainda neste bimestre, o Estado mantém a disciplina de que compromissos não podem ser criados sem um lastro seguro na arrecadação, permanecendo o contingenciamento de despesas financiadas com recursos do Tesouro no valor de R\$1,11 bilhão.

Tabela 16

UTILIZAÇÃO DA COTA ORÇAMENTÁRIA PODER EXECUTIVO 2º Quadrimestre 2009*					
R\$ Mil					
Dotação Anual - Poder Executivo	Cota Orçamentária Liberada - 2º Quad (Jan-Ago)**	Cota Empenhada (Jan-Ago)	% Empenho / Cota	Cota Liquidada (Jan-Ago)	% Liquidado / Cota
42.783.599	33.414.076	28.702.708	85,9%	26.439.603	79,1%

*Inclui despesas intra-orçamentárias / Exclui CEDAE e IO

** Valores publicados na Res. SEPLAG/SEFAZ nº 67 de 25/09/2009

Tabela 17

DESPESA POR PODERES - ERJ JAN-AGO 2008 / JAN-AGO 2009			
R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-AGO 2008	JAN-AGO 2009	Δ %
PODER EXECUTIVO*	21.042	23.215	10,32%
ALERJ	288	313	8,68%
TCE	207	215	4,02%
TJ	1.200	1.330	10,85%
MP	324	373	15,18%
SUBTOTAL	23.062	25.446	10,34%
DESP. INTRA- ORÇAMENTÁRIA	948	993	4,71%
TOTAL GERAL	24.010	26.440	10,12%

* Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

¹⁰ A despesa é analisada pela ótica da liquidação nesta seção.

¹¹ Estes valores já refletem a declaração de não-dependência da CEDAE, seguindo o que foi feito a partir do último bimestre de 2008, em relação à Imprensa Oficial, que também é não dependente.



TJ está concentrado em pessoal, quase que em sua totalidade por conta do pagamento de exercícios anteriores que requereram até o 2º quadrimestre, R\$35,65 milhões no MP e R\$55,78 milhões no TJ. As despesas de exercícios anteriores, embora sejam classificadas como gastos de pessoal, não se qualificam para o cálculo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, por não pertencerem ao orçamento corrente, ainda que suportada pelo Tesouro do Estado. A LRF considera a anualidade das despesas para o cálculo dos limites fixados.

IV.1 Despesa por Fonte de Recurso

Os recursos do Tesouro Estadual continuam financiando a maior parte da despesa: 71,3% do gasto total do bimestre, equivalentes a R\$18,13 bilhões, em um gasto total de R\$25,44 bilhões, participação idêntica à de 2008.

Apesar da redução de algumas receitas, como transferências do FPE, participações governamentais na produção de petróleo e CIDE, houve um aumento de 10,6% nas despesas financiadas com recursos do Tesouro. A execução de recursos de convênios continua aumentando por conta do ritmo já acelerado das obras do PAC.

A menor arrecadação de royalties e participações especiais (-3,68%) estendeu o pagamento dos Encargos com a União até agosto, apesar de o valor devido ter sido ligeiramente diminuído (- R\$67,85 milhões) por conta do comportamento do IGP, indexador deste compromisso.

As despesas financiadas com recursos de Outras Fontes somaram R\$7,31 bilhões nos oito meses de 2009 (9,6% mais do que em 2008). Repetindo os meses anteriores, o crescimento esteve concentrado nas despesas financiadas com os recursos provenientes de arrecadação própria de órgãos da administração indireta, basicamente o Rioprevidência, (85,4%). A possibilidade de o Rioprevidência poder continuar financiando um alto nível

No âmbito do Ministério Público as despesas de pessoal de exercícios anteriores, que não entram no teto da LRF, continuam requerendo significativa soma de recursos.

Tabela 18

DESPESAS POR FONTE DE RECURSO			
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-AGO 2008 / JAN-AGO 2009			
R\$ MILHÕES			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	VAR %
	JAN-AGO	JAN-AGO	
RECURSOS DO TESOURO	16.389	18.133	10,6%
00 - ORDINÁRIOS PROV. DE IMPOSTOS	11.915	13.493	13,25%
01 - ORDINÁRIOS NÃO PROV. DE IMPOSTOS	935	1.148	22,79%
04 - INDEN. PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO	1.988	1.914	-3,68%
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	70	115	63,49%
06 - FUNDO DE PART. DOS ESTADOS	474	328	-30,81%
11 - OP. DE CRÉDITO ATRAVÉS DO TESOURO	76	87	14,01%
22 - ADICIONAL DO ICMS - FECF	897	1.018	13,38%
26 - CONT. DE INTERV. DOMÍNIO ECON. - CID	34	30	-9,57%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	6.673	7.313	9,6%
10 - ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA	5.277	5.541	5,02%
12 - CONVÊNIO - ADM. DIRETA	93	203	117,73%
13 - CONVÊNIO - ADM. INDIRETA	66	128	95,10%
15 - FUNDEB	859	1.025	19,32%
25 - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	311	317	1,67%
97 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL - FECAM	,00	,14	
98 - OUTRAS RECEITAS DA ADM INDIRETA	4	4	3,65%
99 - OUTRAS RECEITAS DA ADM DIRETA	63	95	51,53%
TOTAL GERAL	23.062	25.446	10,34%

*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

A redução da receita de royalties, que constitui recursos próprios do Rioprevidência, não impactou a execução da despesa do órgão por conta do bom desempenho desta receita em 2008, que gerou um superávit financeiro de R\$1,35 bilhão.



de despesa deve-se ao colchão de reserva que o instituto constituiu quando o preço do petróleo estava mais alto. Apesar do crescimento de R\$362,64 milhões nas despesas regulares com inativos e pensionistas, no total, o dispêndio do Rioprevidência cresceu apenas R\$190,45 milhões, por conta da expressiva redução no pagamento de sentenças judiciais (- R\$237,08 milhões). Assinale-se que houve crescimento de 14,8% no gasto com pensionistas, em decorrência da aceleração na concessão e na atualização dos valores das pensões.

O aumento de 14% nas despesas com pagamento de pensionistas do Rioprevidência reflete, em parte, a continuidade da política de aceleração na concessão e na atualização dos valores das pensões de seus segurados.

IV. 2 Despesa por grupo

As despesas de pessoal em todos os Poderes somaram R\$11,09 bilhões no primeiro semestre de 2009, 10,03% a mais do que o mesmo período de 2008. As maiores variações, no âmbito do Executivo, estão nas áreas de Educação e Segurança e Saúde. Esta última, com expressivo aumento de R\$270,08 milhões, por conta da admissão de novos profissionais no segundo semestre, e da reclassificação das despesas com profissionais cooperativados, antes contabilizadas como despesa de custeio, conforme deliberação do TCE.

As despesas de custeio do Executivo no primeiro semestre de 2009 aumentaram 1,87% (+R\$54,85 milhões) em relação ao mesmo período de 2008 (Tabela 19). O baixo crescimento em custeio é decorrente da reclassificação das despesas com cooperativas, que no mesmo período de 2008 requereram R\$126,81 milhões. Se desconsiderado este valor em 2008, o crescimento das despesas de custeio passa para 6,5% (+R\$181,66 milhões).

As maiores variações estão na Educação (+R\$68,90 milhões) destinados à manutenção de escolas e atendimento ao aluno; na Segurança e Penitenciária (+R\$31,97 milhões) para manutenção da frota de veículos e alimentação de albergados; no DER (+R\$12,08 milhões)

Tabela 19

DESPESAS POR GRUPO*			
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-AGO 2008 / JAN-AGO 2009			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	VAR %
	JAN-AGO	JAN-AGO	
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.082	11.093	10,03%
1.1 - EXECUTIVO	4.036	4.477	10,93%
1.2 - ALERJ	248	252	1,56%
1.3 - TCE	189	197	4,18%
1.4 - TJ	925	1.032	11,49%
1.5 - MP	254	294	15,68%
1.6 - INATIVOS E PENSIONISTAS	4.093	4.456	8,86%
1.7 - PREVI-BANERJ	328	377	15,04%
1.8 - REFER	8	8	0,00%
2 - JUROS ENCARGOS E AMORT. DÍVIDA	2.006	2.302	14,79%
3 - DESPESAS DE CUSTEIO**	10.448	11.110	6,33%
3.1 - EXECUTIVO	2.936	2.990	1,87%
3.1.2 - ALERJ	38	60	55,39%
3.1.3 - TCE	15	17	11,81%
3.1.4 - TJ	221	264	19,13%
3.1.5 - MP	56	62	10,41%
3.1 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.181	7.717	7,46%
3.2.1 - ENC. COM A UNIÃO / INDEN. DE ROYALTIES (EGE)	1.704	1.636	-3,98%
3.2.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	1.798	2.141	19,09%
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	3.679	3.939	7,07%
4 - INVESTIMENTOS	441	842	91,15%
4.1 - EXECUTIVO	370	788	113,11%
4.2 - ALERJ	2	2	-5,99%
4.3 - TCE	2	1	-71,82%
4.4 - TJ	53	35	-34,71%
4.5 - MP	13	17	25,56%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	85	99	16,41%
TOTAL GERAL	23.062	25.446	10,34%

*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

** Exclui despesas com inativos e pensionistas, previ-banerj e REFER consideradas no grupo de despesas correntes



para manutenção e conservação de rodovias e na Loterj, o aumento de R\$42,79 milhões destinaram-se ao pagamento de prêmios.

No âmbito dos Poderes, o crescimento da despesa de custeio foi de 21,5% (+R\$71,33 milhões), cabendo ao TJ 59,4% deste aumento (+R\$42,35 milhões), basicamente destinado a vale-alimentação e vale-transporte.

As despesas com investimentos cresceram 91,5% (+R\$386,21 milhões), principalmente por conta das obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento (+R\$284,73 milhões), da construção da estação do metrô General Osório (+R\$88,76 milhões), do projeto de climatização das escolas no âmbito da Educação (+R\$51,43 milhões) e da implantação do sistema de esgotamento sanitário da Zona Oeste (+R\$20,29 milhões).

As inversões financeiras custeadas com recursos do Tesouro somaram R\$98,87 milhões, aplicados na aquisição e desapropriação de diversos imóveis, dos quais R\$72,77 destinaram-se ao incentivo à implantação de novas empresas, custeados pelo FREMF – Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses.

IV. 3 Despesa por área de governo

Este número do boletim analisa as áreas sujeitas a despesas mínimas de acordo com índice constitucional, Educação, Saúde e Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM e inclui também uma análise da execução das despesas realizadas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

IV. 3.1 Saúde – Índice Constitucional

Nos primeiros oito meses de 2009 o total gasto com a área de saúde, financiado com recursos do Tesouro, foi de R\$1,32 bi, com incremento de 16,7% (+R\$226,3 milhões) em relação ao mesmo período em 2008.

As despesas com investimentos foram impulsionadas pela aceleração das obras do PAC cujo crescimento foi de R\$284,73 milhões nos oito meses do exercício, em relação a 2008.

As despesas com a saúde aumentaram 16,7% nos dois primeiros quadrimestres de 2009.



Em função da nova metodologia de cálculo do índice constitucional, recomendada pelo TCE¹², o valor mínimo a ser aplicado em saúde aumentou em R\$257,19 milhões no período jan-ago/2009. O percentual realizado até o segundo quadrimestre foi de 10,3% segundo a nova metodologia (R\$1,32 bilhão).

Não obstante a aplicação estar abaixo do mínimo exigido, é importante destacar que o comportamento da execução orçamentária e financeira da saúde é historicamente sazonal, concentrando-se, principalmente, no último quadrimestre do ano. Confirmando essa tendência, no bimestre jul-ago a aplicação em saúde foi de 13,2%, +R\$33,7 milhões maior que o mínimo exigido para o bimestre.

Se o somatório dos compromissos assumidos pelo Estado (empenho) fosse considerado como parâmetro para o cálculo, a aplicação no período seria de 12,4% (Tabela 21).

Segregando a análise das despesas da saúde por grupo, verifica-se que em 2009 o dispêndio com pessoal e encargos sociais foi de R\$706,3 milhões contra R\$568,8 milhões em 2008, incremento de 24,2% (+R\$137,5 milhões), já considerada a reclassificação das despesas com cooperativas que em 2008 eram contabilizadas como custeio (Tabela 22).

A partir de janeiro de 2007 quando foi criada a Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil, fusão das Secretarias de Saúde e de Defesa Civil, a área de saúde passou a contar em seus quadros com pessoal militar do Corpo de Bombeiros, com especialidade na área. A Tabela 23 demonstra a despesa de pessoal de cada uma das categorias, pessoal civil e pessoal militar, além da

Tabela 20

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM SAÚDE						
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
	Em R\$ milhões					
Base de Cálculo Tradicional	2.688	2.428	-9,7%	10.320	10.663	3,3%
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%)	323	291	-9,7%	1.238	1.280	3,3%
Nova Base de Cálculo*	3.138	2.916	-7,1%	12.118	12.806	5,7%
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%)	377	350	-7,1%	1.454	1.537	5,7%
Total da Despesa	291	384	31,9%	1.097	1.323	20,6%
Índice Tradicional (Aplicação)	10,8%	15,8%	46,0%	10,6%	12,4%	16,7%
% Aplicação	9,3%	13,2%	41,9%	9,1%	10,3%	14,1%

Fonte: SIGSIAFEM
*Metodologia TCE

Tabela 21

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM SAÚDE COM BASE NA DESPESA EMPENHADA

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO			
	2008	2009		
Nova Base de Cálculo*	12.118	12.806		
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%)	1.454	1.537		
EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)				
Total da Despesa	EMP	LIQ	EMP	LIQ
	1.334	1.097	1.589	1.323
Índice Const. Aplicado	11,0%	9,1%	12,4%	10,3%

Tabela 22

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNÇÃO SAÚDE POR GRUPO DE DESPESA

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		
	2008*	2009	Δ %	2008*	2009	Δ %
	Em R\$ mil					
PESSOAL	125.789	187.186	48,8%	568.810	706.336	24,2%
CUSTEIO	147.622	178.811	21,1%	420.376	522.721	24,3%
INVESTIMENTOS	10.250	8.935	-12,8%	56.230	21.853	-61,1%
INVERSÕES FINANC.					5.570	
AMORT. DA DÍVIDA	7.185	8.637	20,2%	51.807	67.017	29,4%
TOTAL	290.846	383.569	-24,2%	1.097.223	1.323.497	-17,1%

Posição: 18/09/2009
*Considera cooperativas no Grupo de Pessoal

12 Como já explicado em edições anteriores do BTF, o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RJ recomendou ao Executivo Estadual que alterasse a metodologia de apuração do índice constitucional a partir do exercício de 2009, no que tange aos recursos transferidos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Até 2008, este cálculo era efetuado subtraindo-se as transferências ao FUNDEB do valor do denominador. Mais recentemente, o TCE recomendou que a partir do exercício de 2009 as transferências ao FUNDEB deixassem de ser subtraídas.



despesa com pessoal terceirizado e com os contratados por tempo determinado. Pode-se afirmar que a mão de obra em saúde foi consideravelmente reforçada pela inclusão de profissionais militares, cuja despesa já representa 22,6% do total aplicado em pessoal e pouco mais de 50% do pessoal estatutário.

As despesas referentes ao Pessoal Militar apresentaram incremento de 53,1% (+R\$55,3 milhões) em relação ao executado em 2008, em decorrência da admissão de profissionais para a área da saúde (nível superior e nível técnico) concursados em meados de 2008¹³.

Para o pessoal militar das Unidades de Pronto Atendimento – UPAs e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU foram criadas gratificações especiais, em função da carga horária diferenciada, requerendo +R\$9,9 milhões no período.

Mesmo com o reforço da mão-de-obra militar, para suprir a demanda gerada com a inauguração de 16 novas UPAs, a Secretaria continua valendo-se da contratação de pessoal cooperativado e de pessoal por tempo determinado. Somando quase R\$ 250 milhões de despesas, esses grupos correspondem a mais de 1/3 das despesas totais de pessoal com a Saúde. Tal proporção deve cair, na medida em que o pessoal cooperativado for substituído gradativamente por profissionais concursados. O 1º concurso foi realizado em janeiro de 2009 para lotação imediata e cadastro de reserva.

As despesas com custeio totalizaram R\$522,7 milhões, aumento de 24,3% (+R\$102,3 milhões) em relação a 2008 quando a execução foi de R\$420,3 milhões. A análise detalhada demonstra que 87,4% (R\$456,7 milhões) das despesas concentram-se em medicamentos, material de consumo e serviços de terceiros, ou seja, despesas relacionadas diretamente às atividades de Saúde (Tabela 24).

¹³ A convocação para posse do concurso CBMERJ realizado em 2008 se iniciou no final do mês de agosto/2008.

O gasto com pessoal aumentou R\$137,52 milhões em relação ao período jan-ago de 2008, em parte por conta da admissão de novos profissionais do CBMERJ da área de saúde.

Tabela 23

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PESSOAL SAÚDE			
Em R\$ mil			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-AGO 2008	JAN-AGO 2009	Δ%
PESSOAL MILITAR	104.281	159.633	53,1%
PESSOAL CIVIL	459.097	546.188	19,0%
Estatutário	297.400	300.367	1,0%
Contratação por Tempo Determinado	34.883	49.909	43,1%
Cooperativados*	126.813	195.912	54,5%
Sentenças, Indenizações e Ressarcimentos	5.432	515	-90,5%
TOTAL DESPESA PESSOAL SAÚDE	568.810	706.336	24,2%

Posição: 18/09/2009

*Em 2008 as despesas com cooperativas eram contabilizadas como custeio

A soma das despesas com cooperativas e contratação temporária representa cerca de 80% dos gastos com estatutários, demonstrando que o quadro técnico da saúde se encontrava incompatível com a demanda de serviços.

Tabela 24

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CUSTEIO SAÚDE			
Em R\$ mil			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-AGO 2008	JAN-AGO 2009	Δ%
ATIVIDADE-MEIO	196.403.141	248.331.343	26,4%
Material de Consumo	8.437.209	10.600.700	25,6%
Serviços de Terceiros	187.965.932	237.730.643	26,5%
ATIVIDADE-FIM	213.609.762	254.629.220	19,2%
MEDICAMENTOS	81.186.214	68.955.735	-15,1%
Em Geral	13.741.114	18.925.791	37,7%
Excepcional	60.074.012	46.398.917	-22,8%
Mandado Judicial	7.371.089	3.631.026	-50,7%
MATERIAL DE CONSUMO	59.323.419	68.638.045	15,7%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	31.131.728	70.770.317	127,3%
CONVÊNIO	7.598.344	8.620.337	13,5%
TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	17.788.082	18.714.580	5,2%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - INSS	16.581.975	18.930.207	14,2%
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	10.305.195	19.350.024	87,8%
Restituições	3.509.857	3.130.585	-10,8%
Auxílios e Impostos	6.795.338	16.219.439	138,7%
TOTAL	420.318.098	522.310.587	24,3%

Posição: 18/09/2009

*Desconsidera despesas com cooperativas contabilizadas em 2008 como custeio (Pessoal)



Em relação aos medicamentos, a política adotada pela atual administração mostra resultados positivos nos três segmentos: medicamentos adquiridos via mandado judicial, medicamentos excepcionais e medicamentos em geral. No caso dos medicamentos fornecidos por meio de mandado judicial, a redução de 50,7% (-R\$3,7 milhões) reflete a estratégia da Secretaria de reduzir o número de mandados judiciais por meio da recomposição do estoque de medicamentos excepcionais, adquiridos em maior quantidade com menor custo, refletido na redução de 22,8% (-R\$13,7 milhões) nas despesas com estes medicamentos.

Para demonstrar o custo das atividades de suporte requeridas para o desenvolvimento das ações de saúde, as despesas foram identificadas como atividades fim (relacionadas diretamente à prestação de serviços de saúde) e atividades meio (atividades de suporte).

A Tabela 24 demonstra que as despesas relativas às atividades fim somaram R\$254,62 milhões no período janeiro deste ano, 19,2% maior do que em 2008 (+R\$41,01 milhões), dentre serviços, material de consumo e medicamentos. Nas atividades consideradas meio, foram aplicados R\$248,33 milhões, contra R\$196,40 milhões em 2008 (+26,4%). A variação positiva em ambos os grupos se deve ao crescimento da oferta de serviços de saúde iniciada pela atual gestão.

A título de ilustração, do crescimento total de R\$51,92 milhões nas atividades meio, destacam-se os serviços de preparo e distribuição de alimentação (+R\$21,93 milhões); serviços de reparo, adaptação e conservação de bens imóveis (+R\$14,07 milhões) e asseio e higiene (+R\$6,77 milhões).

Para as atividades fim, além das variações ocorridas nas despesas com medicamentos, já detalhadas anteriormente, o crescimento de R\$48,95 milhões (+54,1%) em material de consumo e serviços está concentrado basicamente na prestação de serviços de

A despesa com medicamentos via mandado judicial diminuiu em 50,7% em decorrência do aumento da oferta de medicamentos excepcionais, cujo atendimento a pacientes regulares passou de 11 mil em 2007 para 21 mil em 2009.

nefrologia e UTI neonatal (+R\$36,65 milhões) e aquisição de material cirúrgico, laboratorial e de enfermagem (+R\$7,29 milhões). Nesse mesmo grupo estão incluídas as transferências a municípios para procedimentos de assistência farmacêutica a atenção básica (R\$18,71 milhões), convênios com instituições filantrópicas e ONGs para realização de serviços ligados ao tratamento de dependentes químicos (R\$8,62 milhões) e o pagamento de contribuições previdenciárias - INSS de pessoal cooperativado (R\$18,93 milhões).

Classificados como outras despesas de custeio estão a restituição de recursos de convênios não utilizados referentes a gestões anteriores (R\$3,13 milhões) e o pagamento de impostos e auxílios (R\$16,63 milhões).

Em relação às despesas de capital, foram aplicados R\$94,44 milhões em 2009, 12,6% menor em relação ao executado em 2008, aí incluídas as inversões financeiras, investimentos e pagamento da dívida de saneamento. A redução se deve à inauguração ainda em 2008 de diversas UPAs e alguns hospitais.

O cenário de baixa liquidação comentado na edição do Boletim anterior (24,4% da despesa empenhada) já está demonstrando uma inversão de tendência (37,9%), que será acelerada nos próximos meses, uma vez que há previsão de implantação de 12 novas UPAs até o final desse exercício (Tabela 25). Destaca-se ainda a aquisição de 43 ambulâncias de suporte básico e 76 ambulâncias com UTI no valor de R\$14,61 milhões que irão ampliar a frota estadual, além de beneficiar municípios do interior do ERJ.

A desapropriação do antigo Hospital Santa Mônica em Niterói para a expansão da Rede Hospitalar do ERJ é responsável para despesa no valor de R\$5,57 milhões em inversões financeiras.

O crescimento de R\$48,95 milhões (+54,1%) em material de consumo e serviços está concentrado basicamente na prestação de serviços de nefrologia e UTI neonatal (+R\$36,65 milhões) e aquisição de material cirúrgico, laboratorial e de enfermagem (+R\$7,29 milhões).



Tabela 25

DESPESAS DE CAPITAL REALIZADAS - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-AGO 2009
FONTES DE RECURSO: TESOURO (FR 00, 01 e 22)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	HISTÓRICO	JAN-AGO 2009			
		EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	
2961 - FES	INSTALAÇÃO DE MÓDULOS ACOPLÁVEIS NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS	16.489.000	5.695.000	5.695.000	
	OBRAS DE COMPLEMENTAÇÃO NO I.E. DE DOENÇAS DO TÓRAX ARY PARREIRAS - NITERÓI	361.865	361.865	361.865	
	OBRAS DE ADEQUAÇÃO DO CENTRO DE IMAGENS DO HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	213.970	-	-	
	OBRAS DE CONCLUSÃO DE REFORMA - HOSPITAL ESTADUAL ALBERT SCHWEITZER	303.673	249.117	249.117	
	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA FARMÁCIA CENTRAL - CIDADE NOVA	1.371.119	284.487	284.487	
	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM NO CENTRO DO MUNICÍPIO DO RJ	4.835.727	2.665.543	1.604.800	
	OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA UTI DO HOSPITAL ESTADUAL ABERTO TORRES - SÃO GONÇALO	2.680.520	1.713.050	1.713.050	
	OBRAS DE CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL GERAL DA MULHER (SÃO JOÃO DE MERITI)	10.522.178	9.509.647	6.676.162	
	PEQUENAS OBRAS	353.577	22.657	22.657	
	SUBTOTAL OBRAS E INSTALAÇÕES	37.131.629	20.501.366	16.607.138	
	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS HOSPITALARES	13.530.545	1.087.335	1.042.672
		AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS	14.619.600	254.000	254.000
		AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PROGRAMA TRANSPORTE SOLIDÁRIO	1.382.900		
		AQUISIÇÃO DE IMÓVEL MEDIANTE DESAPROPRIAÇÃO - HOSPITAL SANTA MÓNICA (NITERÓI)	5.570.000	5.570.000	5.570.000
TOTAL FES	35.103.045	6.911.335	6.866.672		
2971 - IVB	MATERIAIS DIVERSOS PARA O IVB	5.936	3.006	3.006	
TOTAL GERAL		72.240.610	27.415.706	23.476.815	

Posição: 18/09/2009



BOX 3 – Despesas da Área de Saúde financiadas com Outras Fontes

Além das receitas do Tesouro do Estado, a área de saúde se beneficia de diversas outras fontes, notadamente o SUS. As despesas financiadas com outras fontes de recursos na função saúde totalizaram R\$334,18 milhões nos primeiros oito meses de 2009, 6,2% a mais que o total executado no mesmo período em 2008 quando foram gastos R\$314,76 milhões. Do total executado no período, 91,5% (R\$305,64 milhões) concentram-se no Fundo Estadual de Saúde – FES. Fora do FES, merece especial menção a execução de R\$9,2 milhões no IVB referente ao convênio firmado com Ministério da Saúde para a produção de soros. Por outro lado, os R\$9,2 milhões liquidados pelo FES são relativos à devolução, principalmente à União, de recursos de convênios antigos que não foram executados, ou cuja execução não correspondeu às exigências para a transferência dos recursos conveniados.

DESPESA DA AREA DE SAÚDE FONTES – Não Tesouro

		Em R\$ mil					
UO	FONTES DE RECURSO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		
		2008	2009	Δ%	2008	2009	Δ%
FES	CONVÊNIO	23	85	269,5%	113	9.196	8044,7%
	SUS	71.636	83.902	17,1%	296.183	296.451	0,1%
TOTAL FES		71.659	83.987	17,2%	296.296	305.647	3,2%
UERJ - HUPE	SUS	4.579	4.981	8,8%	13.082	16.353	25,0%
	TOTAL UERJ - HUPE	4.579	4.981	8,8%	13.082	16.353	25,0%
SEAP	SUS	39	1	-96,4%	78	170	116,7%
TOTAL SEAP		39	1	-96,4%	78	170	116,7%
IVB	CONVÊNIO	789	897	13,7%	4.107	9.198	123,9%
	DIRETAMENTE ARREC.	1.202	1.905	58,5%	1.275	2.985	134,1%
TOTAL IVB		1.991	2.802	40,7%	5.382	12.182	126,4%
TOTAL CONVÊNIO		812	981	20,9%	4.220	18.393	335,9%
TOTAL SUS		76.254	88.884	16,6%	309.343	312.974	1,2%
TOTAL DIRETAMENTE		1.202	1.905	58,5%	1.275	2.985	134,1%
TOTAL GERAL		78.268	91.771	17,3%	314.838	334.352	6,2%

Dos R\$296,45 milhões executados pelo FES com recursos do SUS, R\$209,19 milhões foram repassados aos municípios fluminenses que não possuem Gestão Plena. Os R\$87,25 milhões restantes foram aplicados em medicamentos, material de consumo e serviços de saúde para a Rede Própria Estadual.

Os recursos do SUS aplicado na rede própria do Estado (R\$87,25 milhões) correspondem a pouco mais de 6% dos recursos do Tesouro (R\$1,32 bilhão) aplicados na área, e não vêm crescendo em ritmo significativo, apesar do vigoroso aumento das receitas do SUS na primeira metade do ano, conforme tabela abaixo.



RECEITA REALIZADA OUTRAS FRS - ÁREA DA SAÚDE							
UO	FONTES DE RECURSO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		
		2008	2009	Δ%	2008	2009	Δ%
FES	CONVÊNIOS	7.210	3.131	-56,6%	15.470	24.157	56,2%
	SUS	118.077	118.518	0,4%	425.104	611.236	43,8%
TOTAL FES		125.287	121.649	-2,9%	440.574	635.393	44,2%
UERJ - HUPE	SUS	3.143	3.535	12,5%	12.345	17.645	42,9%
TOTAL UERJ - HUPE		3.143	3.535	12,5%	12.345	17.645	42,9%
SEAP	SUS	534	826	54,5%	2.080	2.760	32,7%
TOTAL SEAP		534	826	54,5%	2.080	2.760	32,7%
IVB	CONVÊNIOS	1.023	742	-27,5%	2.151	2.853	32,7%
	DIRETAMENTE	1.543	2.384	54,5%	5.502	7.726	40,4%
TOTAL IVB		2.566	3.126	21,8%	7.653	10.579	38,2%
TOTAL CONVÊNIOS		8.233	3.872	-53,0%	17.621	27.010	53,3%
TOTAL SUS		121.755	122.878	0,9%	439.528	631.642	43,7%
TOTAL DIRETAMENTE ARREC.		1.543	2.384	54,5%	5.502	7.726	40,4%
TOTAL GERAL		131.531	129.135	-1,8%	462.651	666.379	44,0%

A realização da receita fonte SUS (R\$628,88 milhões) foi até agora superior a execução da despesa (R\$312,97 milhões) Em relação ao descompasso entre receita e execução, assinala-se que os R\$24,15 milhões de receita de convênios, provenientes do DETRO (R\$15 milhões) e do Ministério da Saúde (R\$9 milhões) não estão refletidos na liquidação da despesa, pois sua entrada ocorreu em meados de agosto. Nas demais unidades a execução da despesa encontra-se ajustada com a realização da receita.



BOX 4 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS DESPESAS COM SAÚDE (2006-2009)

A despesa com Saúde financiada pelo Tesouro Estadual teve um crescimento nominal de 41,7% entre o exercício de 2006 e o projetado para 2009 (Tabela abaixo). Em particular, houve incremento de 123 % nas despesas de pessoal. O aumento do custo de pessoal foi decorrente não só de algumas revisões na remuneração, mas do ingresso de novos profissionais por concurso público, assim como por contratação temporária, por meio de cooperativas. Esse aumento de Pessoal é expressivo, significando um custo adicional, continuado, para o Estado de mais de R\$500 milhões por ano.

FR TESOURO (00, 01, 06 e 22)								Em R\$	
GD	2006 (A)	2007 (B)	2008 (C)	DISPON. 2009 (D)	$\Delta = B / A$	$\Delta = C / B$	$\Delta = D / C$	$\Delta = D / A$	
PESSOAL	478.013.235	760.269.739	918.020.366	1.068.134.427	59,0%	20,7%	16,4%	123,5%	
Pessoal SESDEC	273.861.369	608.673.088	705.953.726	745.183.909	122,3%	16,0%	5,6%	172,1%	
Cooperativas de Saúde*	204.151.866	151.596.651	212.066.640	322.950.518	-25,7%	39,9%	52,3%	58,2%	
CUSTEIO + INVEST.	990.467.493	934.334.859	1.175.125.266	1.052.583.002	-5,7%	25,8%	-10,4%	6,3%	
AMORTIZAÇÃO	89.411.319	94.588.593	90.729.691	86.426.506	5,8%	-4,1%	-4,7%	-3,3%	
Total geral	1.557.892.047	1.789.193.192	2.183.875.324	2.207.143.935	14,8%	22,1%	1,1%	41,7%	

*Valor das Cooperativas no exercício de 2009 se refere a estimativa

O aumento da despesa de custeio e investimento da Saúde foi maior do que os aparentes 6%, ou R\$ 118 milhões sugeridos pela tabela acima. Significativo volume de despesas não diretamente ligadas à prestação de serviços de saúde, mas anteriormente computadas como de Saúde, foi paulatinamente retirado da conta da Saúde a partir de 2007. As Ações de Saneamento Básico ligadas à CEDAE e ao pagamento da dívida; e Ações do Programa de Suplementação Alimentar, originariamente financiadas com recursos do FES, tiveram seu aporte diminuído (e.g., Cheque Cidadão, que foi absorvido no Programa Bolsa Família por proposta do Governo do Estado) ou passaram a ser custeados por outras fontes, abrindo um espaço fiscal adicional da ordem de R\$ 170 milhões para a Secretaria de Saúde (Tabela seguinte).

					Em R\$	
PROJETO/ATIVIDADE		2006 (A)	2007 (B)	2008 (C)	DISPON. 2009 (D)	
2187	Cheque Saúde Cidadão	959.999	-	-	-	
2188	Saúde na Terceira Idade	1.557.333	-	-	-	
2228	Suplementação Alimentar	143.533.770	49.634.337	31.279.923	48.000.000	
7145	Ações de Saneamento Básico	85.973.175	6.868.916	6.378.589	-	
TOTAL		232.024.277	56.503.253	37.658.512	48.000.000	

Além disso, uma série de ações eminentemente de saúde vêm sendo executadas de forma descentralizada:

- 1) Instituto Vital Brasil - Programas Farmácia Popular e Produção Industrial de Medicamentos;
- 2) Fundação para a Infância e Adolescência – FIA -Programa de Proteção ao Dependente



Químico;

- 3) Corpo de Bombeiros, inclusive pagamento de pessoal;
- 4) Hospital Universitário Pedro Ernesto, vinculado à Secretaria de Ciência e Tecnologia, que incluem também pagamento de pessoal;
- 5) Secretaria de Administração Penitenciária - Apoio aos Hospitais do Sistema Penal

Considerando-se o espaço gerado pelas mudanças indicadas na Tabela anterior, verifica-se um aumento de 32,5% no custeio e investimento do FES, conforme Tabela a seguir:

FR TESOUREO (00, 01, 06 e 22)					Em R\$			
GD	2006 (A)	2007 (B)	2008 (C)	DISPON. 2009 (D)	Δ = B / A	Δ = C / B	Δ = D / C	Δ = D / A
PESSOAL + COOPERATIVAS*	478.013.235	760.269.739	918.020.366	1.068.134.427	59,0%	20,7%	16,4%	123,5%
Pessoal SESDEC	273.861.369	608.673.088	705.953.726	745.183.909	122,3%	16,0%	5,6%	172,1%
Cooperativas de Saúde*	204.151.866	151.596.651	212.066.640	322.950.518	-25,7%	39,9%	52,3%	58,2%
CUSTEIO + INVEST.	990.467.493	934.334.859	1.175.125.266	1.052.583.002	-5,7%	25,8%	-10,4%	6,3%
FES	758.443.217	877.831.606	1.137.466.754	1.004.583.002	15,7%	29,6%	-11,7%	32,5%
Saneamento e Nutrição	232.024.277	56.503.253	37.658.512	48.000.000	-75,6%	-33,4%	27,5%	-79,3%
AMORTIZAÇÃO	89.411.319	94.588.593	90.729.691	86.426.506	5,8%	-4,1%	-4,7%	-3,3%
Total geral	1.557.892.047	1.789.193.192	2.183.875.324	2.207.143.935	14,8%	22,1%	1,1%	41,7%

*Valor das Cooperativas no exercício de 2009 se refere a estimativa

Portanto, ajustado para a reclassificação de uma série de despesas, o aumento efetivo da despesa de saúde entre 2006 e 2009 foi de 63% (aumento de R\$ 1,325 bilhão para R\$ 2,159 bilhões, ajustados para os itens Saneamento e Nutrição). Este aumento, obviamente, excede em muito a inflação do período, e se reflete na oferta de grande número de novos serviços e a melhora de outros.

IV. 3.2 Educação – Índice Constitucional¹⁴

A base de cálculo do índice de aplicação de recursos em educação cresceu 5,7% até agosto de 2009 em relação a período equivalente em 2008, definindo uma aplicação mínima de R\$3,20 bilhões, contra R\$3 bilhões em 2008 (Tabela 26).

Tabela 26

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUNHO - AGOSTO)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGOSTO)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
BASE DE CÁLCULO (receita)	3.138	2.916	-7,1%	12.119	12.806	5,7%
Mínimo a se aplicado em Educação 25%	785	729	-7,1%	3.030	3.201	5,7%
Despesa Aplicada no Período	746	804	7,8%	2.831	3.053	7,9%
ÍNDICE - CONSTITUCIONAL - RECURSOS APLICADOS	23,8%	27,6%	16,0%	23,4%	23,8%	2,1%

¹⁴ O orçamento da Função Educação engloba as dotações das seguintes unidades orçamentárias:

1801 - Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC

3702 - Encargos Gerais do Estado - EGE/SEFAZ

4041 - Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa - FAPERJ

4043 - Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

4044 - Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

4045 - Fundação Universidade do Estado do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

4046 - Fundação Centro de Ciências de Educação Superior à Distância - CECIERJ

Excepcionalmente, em 2008 a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT (UO 4001) executou as obras de reforma no Campus da UERJ.

O gasto total na função Educação foi de R\$3,05 bilhões crescimento de 7,9% (+ R\$ 22,80 milhões) alcançando, até o período, 23,8% do limite constitucional, deixando de aplicar R\$148,07 milhões. Confirmando a tese de que o ritmo da execução da despesa se acelera a partir do segundo semestre, observa-se que neste dois meses a defasagem para se alcançar os 25% se reduziu em relação ao bimestre anterior, passando de 9,1% para 4,6%.

A maior parte do dispêndio foi através da Secretaria de Educação que executou R\$1,50 bilhão representando 49,3% do total (Tabela 28). Muito embora, nos últimos dois meses o ritmo da execução tenha melhorado, o percentual utilizado em relação ao disponível (R\$2,59 bilhões) para o exercício é de pouco mais de 50% nos oito meses.

Expressiva parcela do índice é financiada com o “retorno do FUNDEB”, ou seja, recursos do Estado aplicados no FUNDEB e devolvidos para despesas do próprio Estado (Tabela 27). Para financiar parte da educação nos municípios, o Estado transferiu através do FUNDEB (Perda Líquida) o expressivo valor de R\$894,84 milhões, até o segundo quadrimestre.

O incremento de 19,1% na contribuição do Estado ao FUNDEB decorre da alteração dos percentuais de repasse estabelecidos na Lei 11.494/2007 que neste terceiro ano após a implementação do Fundo, atinge o limite máximo estabelecido de 20% para cada uma das rubricas de receita que compõem a base de cálculo do índice.

Na despesa da Função Educação por Unidade Orçamentária destacam-se também a UERJ (9,0%), a FAETEC (6,9%) e a UENF (1,8%) cujos gastos cresceram 13,2%, 7,9% e 8,8% respectivamente. Na UERJ, o crescimento decorre da maior soma de recursos aplicados no Programa de Incentivo à Permanência de Costistas (+R\$10,24 milhões) e no pagamento de residentes em saúde (+R\$8,26 milhões) que até 2008 foi financiado pelo

A despesa aplicada na área de Educação cresceu mais do que a variação da receita base de cálculo para o índice constitucional, compensando a execução mais lenta do primeiro semestre, ao contrário da receita, cuja realização é maior no início do ano.

Tabela 27
FUNDEB-Contribuição do Estado e Transferência Efetiva aos Municípios

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	ACUMULADO 2008	JAN - AGOSTO 2008	JAN-AGOSTO 2009	Δ %
Contribuição do Estado	2.775,19	1.797,97	2.141,22	19,1%
Retorno ao Estado	1.489,89	956,81	1.246,38	30,3%
Transf.Efetiva aos Municípios	1.285,30	841,15	894,84	6,4%

A contribuição do Estado para financiamento da educação dos municípios representou 41,8% dos recursos transferidos para a formação do FUNDEB.



FES e a partir de 2009 passou para a UERJ, por ser o Hospital Universitário Pedro Ernesto considerado um hospital escola.

Na FAETEC, o crescimento continua concentrado nas despesas de pessoal (+R\$27,22 milhões), aí incluídos os gastos da UEZO, por conta de admissão de pessoal concursado. A partir de 2010 as despesas da UEZO terão maior visibilidade no orçamento pois integrarão uma unidade orçamentária específica. No âmbito do pessoal da própria FAETEC o enquadramento de servidores de acordo com sua titulação e tempo de serviço e a reclassificação de despesas com pessoal terceirizado, antes contabilizadas em custeio, também impactaram os gastos de pessoal.

A UENF teve um crescimento de 8,8% (+R\$4,40 milhões). O aumento das despesas de pessoal do exercício de 2009, em comparação a 2008, é decorrente do pagamento a servidores de adicionais de insalubridade /periculosidade pela sua atuação em vários laboratórios químicos em pesquisas. Contribuíram também as despesas decorrentes do enquadramento dos servidores da entidade.

Na FAPERJ, apesar da aparente redução de 4,7%, decorrente de despesas com locação de bens móveis que ocorreram apenas em 2008, o auxílio a pesquisadores se mantém em patamar idêntico ao do ano anterior (R\$62,45 milhões), agora identificando as despesas de custeio e as de capital aplicadas em projetos de pesquisas, por conta da Lei Estadual de Inovação sancionada em dezembro de 2008, que estabelece normas para financiamento.



Tabela 28

DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							Em R\$mil
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JULHO-AGOSTO)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGOSTO)			PARTIC. UO DESP TOTAL 2009
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %	
SEEDUC	374.738	410.213	9,5%	1.378.324	1.506.352	9,3%	49,3%
EGE/SEFAZ	210.364	215.392	2,4%	841.153	894.840	6,4%	29,3%
SECT				3.977		-100,0%	0,0%
FAPERJ	31.236	30.832	-1,3%	109.178	104.068	-4,7%	3,4%
UERJ	60.753	72.673	19,6%	243.030	275.214	13,2%	9,0%
FAETEC	53.127	57.536	8,3%	194.501	209.858	7,9%	6,9%
UENF	12.931	15.258	18,0%	50.050	54.450	8,8%	1,8%
CECIERJ	2.719	2.251	-17,2%	10.399	8.637	-16,9%	0,3%
TOTAL DA DESPESA	745.868	804.155	7,8%	2.830.612	3.053.419	7,9%	100,0%

Em relação aos gastos por grupo de despesa, o dispêndio em pessoal (ativo) na Educação alcançou R\$1,63 bilhão no acumulado de 2009, representando crescimento de 7,4% (R\$113,54 milhões) em relação ao mesmo período de 2008 (Tabela 29). A maior parte desta despesa (73,2%) concentra-se na própria SEEDUC (Gráfico 3), seguida da UERJ (12,6%) e da FAETEC (11,1%).

O maior crescimento de pessoal está concentrado na CECIERJ (77,3%) que vem aumentando o número de pólos para responder à demanda do Pré Vestibular Social e do Ensino de Graduação à Distância. Atualmente, existem 33 pólos que ofertam nove cursos desenvolvidos em parceria com as universidades do Estado do Rio (UENF, UERJ, UFRJ, UFF, UNIRIO, Rural). Para o Pré Vestibular Social, com 44 pólos, foram oferecidas mais 2.610 vagas em regime intensivo, além das 12.700 de curso extensivo.

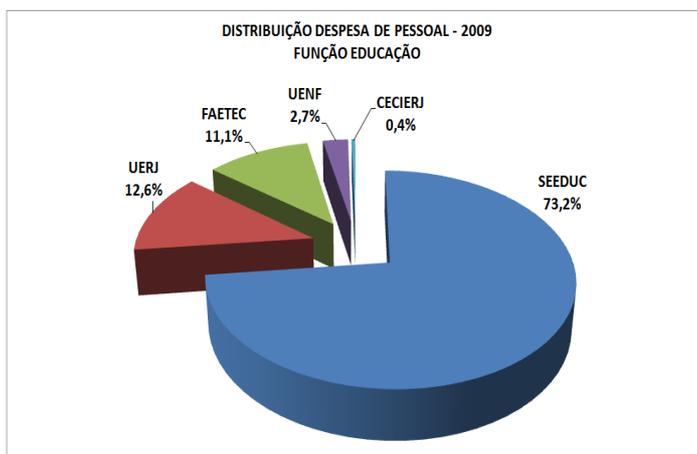
A participação do gasto de pessoal de cada uma das Unidades Orçamentárias no quadrimestre está demonstrada no gráfico a seguir.

Tabela 29

DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR GRUPO							Em R\$milhões
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JULHO-AGOSTO)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGOSTO)			
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %	
PESSOAL	389	416	6,9%	1.525	1.639	7,4%	
CUSTEIO	329	348	5,6%	1.255	1.349	7,5%	
INVESTIMENTO	21	40	95,2%	43	62	42,2%	
INVERSÕES	7		-95,8%	7	4	-44,1%	
TOTAL DA DESPESA	746	804	7,8%	2.831	3.053	7,9%	

Para os cursos de Graduação à Distância são oferecidas licenciaturas em Administração, Ciências Biológicas, História, Física, Química, Matemática, Pedagogia, Turismo e Tecnologia em Sistemas da Computação.

Gráfico 3



No âmbito do custeio as despesas cresceram 7,5% (+R\$93,95 milhões). Se desconsideradas as transferências ao FUNDEB, as ações executadas pelos órgãos que compõem a função educação cresceram 9,7% (Tabela 29).

O crescimento de custeio na UERJ foi de 40,8% (+R\$19,49 milhões), destinado em sua maior parcela a ações de auxílio financeiro a estudantes e serviços prestados por estudantes, inclusive pagamento de residentes da área de saúde, enquanto que a queda aparente na FAETEC e CECIERJ representa apenas a reclassificação de despesas com terceirizados, as quais passaram para a rubrica de pessoal por recomendação do TCE, conforme citado anteriormente.

Neste bimestre, os investimentos cresceram 42,2% (+R\$18,27 milhões), por conta da liquidação de despesas já empenhadas desde o bimestre anterior em virtude do andamento mais acelerado das obras relativas ao Programa de Climatização das escolas, que envolve a adequação das instalações físicas da Rede Estadual. O percentual de liquidação/empenho no período jul-ago atinge 43,9% contra 14,6% do bimestre anterior.

Em inversões financeiras, neste bimestre o aumento em relação ao bimestre anterior (R\$ 279 mil) não é expressivo, pois se refere apenas à complementação da

Parte do aumento do custeio da UERJ é decorrente da expansão dos benefícios para alunos cotistas durante todo o período de graduação e do pagamento de residentes do Hospital Pedro Ernesto, antes custeados pelo FES.

O crescimento dos investimentos neste bimestre, na área de Educação, é reflexo da aceleração do ritmo de execução das obras de adequação das escolas para o Projeto Climatizar.



desapropriação de um imóvel em Campo Grande. Neste ano vem se dando continuidade às desapropriações iniciadas em agosto de 2008 para implantação de novas unidades escolares, justificando a redução do percentual neste último bimestre.

Tabela 30

PRINCIPAIS DESPESAS DE CAPITAL REALIZADOS - FUNÇÃO EDUCAÇÃO/SEEDUC			
JAN-AGOSTO 2009			
Em R\$			
DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGA
REFORMA COM MODIFICAÇÕES, DEMOLIÇÕES E CONSTRUÇÃO, SERVIÇOS DE REPARO DO PROJETO SEMPRE PRESERVANDO EM DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO, OBRAS EMERGENCIAIS NOS TELHADOS DE DIVERSAS ESCOLAS, DESPESAS DE COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DO PRESERVANDO ESCOLAS, RECUPERAÇÃO EM UNIDADES DO DEGASE-CRIAD	38.041.685	15.549.450	12.992.065
ADEQUAÇÃO DE SALAS DE AULA DE ESCOLAS CONVENCIONAIS CLIMATIZAÇÃO	62.804.129	26.584.431	25.957.543
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE -MÓVEIS E MATERIAL ESCOLAR E DIDÁTICO, EQUIPAMENTOS PARA PROCESSAMENTO DE DADOS, EQUIP. E APRELHOS DE SOM, IMAGEM E DE TELECOMUNICAÇÃO E MOBILIÁRIO EM GERAL	4.464.041	4.083.408	3.960.672
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS MEDIANTE DESAPROPRIAÇÃO	3.755.152	3.755.152	3.755.152
TOTAL GERAL	109.065.006	49.972.441	46.665.432



BOX 4 – Despesas da Área de Educação financiadas com Outras Fontes

As despesas financiadas com recursos de outras fontes no âmbito da Educação são apresentadas na Tabela ao lado, cujos maiores valores estão concentrados na SEEDUC e na UERJ, comentados a seguir. Os gastos de R\$199,43 milhões representam apenas 4,59% do total, quando consideradas as despesas financiadas com recursos do Tesouro. Como se pode observar, com exceção da SEEDUC, órgão da administração direta, nas Fundações a capacidade de captar recursos deveria ser melhor explorada, pois, as receitas próprias somam apenas cerca de R\$50 milhões no período de oito meses.

Na SEEDUC, a pequena parcela de recursos vinculados ao salário-educação e convênios com destinação específica (R\$148,85 milhões) representa 8,9% do gasto total no período, aí incluídas as despesas custeadas com recursos do Tesouro.

O expressivo percentual de aumento nas despesas custeadas com salário-educação (+R\$44,60 milhões), em relação ao mesmo período de 2008, pode ser considerado compatível com o crescimento da receita de 16% (+R\$25,52 milhões). Dos R\$114,86 milhões gastos até o segundo quadrimestre, foram aplicados R\$50,37 milhões na merenda escolar e R\$41,73 milhões em obras de unidades escolares, basicamente no Projeto Climatizar. Se incluídas as despesas realizadas a cargo do Tesouro (R\$26,58 milhões), neste projeto já foram liquidados recursos na ordem de R\$67,36 milhões.

As despesas custeadas com recursos provenientes de convênios cresceram 74,8% impulsionadas pela maior entrada de recursos, R\$35,42 milhões em 2009, contra R\$11,90 milhões em 2008, um incremento de quase 200% no período, permitindo maior aplicação de recursos em merenda escolar.

A UERJ, além dos recursos diretamente arrecadados e

EXECUÇÃO DAS DESPESAS DE OUTRAS FONTES - ÁREA DE EDUCAÇÃO				
EM R\$				
TIT UO	FR	JAN-AGO/ 2008	JAN-AGO/ 2009	Δ% 2008 / 2009
SEEDUC	SALÁRIO-EDUCAÇÃO	70.260.843	114.868.650	63,5%
	CONVÊNIOS	19.443.440	33.989.879	74,8%
SEEDUC TOTAL		89.704.284	148.858.529	65,9%
FENORTE	DIRETAMENTE ARREC.	29.531	19.635	-33,5%
	CONVÊNIOS	2.350	-	-100,0%
FENORTE TOTAL		31.881	19.635	-38,4%
UERJ	DIRETAMENTE ARREC.	18.875.674	18.786.213	-0,5%
	CONVÊNIOS	10.295.497	10.705.588	4,0%
	SUS	13.409.823	16.560.266	23,5%
UERJ TOTAL		42.580.994	46.052.066	8,2%
FAETEC	DIRETAMENTE ARREC.	112.000	-	-100,0%
	CONVÊNIOS	1.868.366	1.750.946	-6,3%
FAETEC TOTAL		1.980.366	1.750.946	-11,6%
UENF	DIRETAMENTE ARREC.	31.182	14.300	-54,1%
	CONVÊNIOS	1.728.497	1.486.766	-14,0%
UENF TOTAL		1.759.679	1.501.066	-14,7%
CECERJ	DIRETAMENTE ARREC.	553.115	636.186	15,0%
	CONVÊNIOS	346.483	611.745	76,6%
	OUTRAS REC. ADM IND	4.277	-	-100,0%
CECERJ TOTAL		903.875	1.247.931	38,1%
TOTAL GERAL		136.961.078	199.430.173	45,6%

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FONTE DE RECURSO						
Em R\$ mil						
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JULHO-AGOSTO)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGOSTO)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
TESOURO/FUNDEB	374.738	410.213	9,5%	1.378.324	1.506.352	9,3%
SALÁRIO-EDUCAÇÃO	26.245	33.845	29,0%	70.261	114.869	63,5%
CONVÊNIOS	6.653	15.704	136,1%	19.443	33.990	74,8%
TOTAL	407.636	459.762	12,8%	1.468.028	1.655.210	12,8%



aqueles provenientes de convênios, conta com recursos do SUS destinados ao Hospital Pedro Ernesto. Os percentuais de aumento das despesas financiadas com recursos diretamente arrecadados e de convênios não estão compatíveis com a receita realizadas, que cresceram respectivamente 18,6% (+R\$4,42 milhões) e 45,1% (+R\$5,61 milhões). Na receita de convênios, R\$10,16 milhões são provenientes do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital Pedro Ernesto.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FONTE DE RECURSO UERJ						
DISCRIMINAÇÃO	EM R\$MIL					
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JULHO-AGOSTO)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
FR						
TESOURO	60.753	72.673	19,6%	243.030	275.222	13,2%
DIRETAM. ARREC.	6.282	6.179	-1,6%	18.876	18.786	-0,5%
CONVÊNIOS	2.387	2.582	8,2%	10.295	10.706	4,0%
SUS	91	16	-82,5%	13.410	16.560	23,5%
UERJ TOTAL	69.512	81.449	17,2%	285.611	321.274	12,5%

IV. 3.4 FECAM

A menor aplicação de recursos em projetos ambientais financiados com o Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM (-36%)¹⁵, neste exercício de 2009, se explica pela menor expectativa de arrecadação de receitas oriundas de royalties e participações especiais.

Em virtude da volatilidade das receitas que compõem o Fundo ainda neste segundo semestre foi mantido o contingenciamento de R\$72 milhões, ditado no início do exercício em função da queda do preço do barril de petróleo, embora, atualmente, os efeitos da crise econômica já estejam começando a se diluir (Tabela 31).

Apesar da redução na dotação de 2009 e da arrecadação da receita estar abaixo da estimativa, a execução orçamentária apresenta melhor desempenho quando se compara o mesmo período em 2008: acréscimo de R\$39,3 milhões (+65%). Essa execução equivale a uma aplicação de 3,5%, ainda inferior ao mínimo constitucional de 5%, conforme demonstrado na Tabela 32. Acredita-se num cenário mais otimista nos próximos meses, uma vez que a despesa empenhada, já atinge 65,8% dos recursos destinados ao FECAM (R\$135,49 milhões).

Tabela 31

ORÇAMENTO ANUAL FECAM (2008 - 2009)				
Em R\$ Mil				
ÓRGÃO	2008 EXECUÇÃO	2009		Δ% DISP. 2009 / EXEC.2008
		LOA	DISPON.	
SEOBRAS	31.966	25.200	25.200	-21,2%
DER	109			
CEDAE	103.838			
CEHAB	17.314	4.750	3.350	-80,6%
SEA	34.489	34.000	23.982	-30,5%
FECAM	15.331	70.221	48.530	216,6%
INEA	64.201	91.569	52.588	-18,1%
CENTRAL	8.000			
RIOTRILHOS	46.949	52.679	52.679	12,2%
TOTAL	322.197	278.419	206.330	-36,0%

Tabela 32

BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO FECAM						
Em R\$ milhões						
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		
	2008	2009	%	2008	2009	%
	Base de Cálculo	1.613	1.040	-35,5%	4.267	2.881
Mínimo a ser aplicado em FECAM 5%	81	52	-35,5%	213	144	-32,5%
Total da Despesa	25	34	34,5%	60	100	65,0%
Índice Constitucional						
Recursos aplicados	1,6%	3,3%		1,4%	3,5%	

¹⁵ O FECAM é responsável pela aplicação de 5% dos royalties e participações especiais atribuídos ao Estado do Rio de Janeiro, bem como do resultado de multas administrativas e condenações judiciais aplicadas por irregularidades constatadas pelos órgãos fiscalizadores do meio ambiente.



Das unidades executoras dos recursos do FECAM, neste bimestre, vale ressaltar o desempenho da RIOTRILHOS, com a expansão da linha 1 do Metrô, bem como o desempenho do INEA, com a prevenção e o controle ambiental de inundações. Ambos correspondem a 68,8% dos investimentos realizados no período (Tabela 33).

Na área de saneamento, o investimento concentra-se nas obras de complementação do esgotamento sanitário da Zona Oeste (Jacarepaguá, Barra e Recreio), com a descentralização de R\$ 20,2 milhões para a CEDAE.

Em obras do PAC, foram aplicados R\$2,86 milhões na recuperação das bacias dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí.

A Tabela 34 detalha os investimentos do FECAM no início desse segundo semestre.

Tabela 33

EXECUÇÃO DO FECAM POR FUNÇÃO

Em R\$

FUNÇÃO	UO	JAN-AGO 2008	JAN-AGO 2009
Gestão Ambiental	SEA	1.578.399	4.439.322
	FECAM	327.637	3.257.757
	INEA	19.463.949	31.817.519
Total		21.369.984	39.514.598
Habituação	CEHAB	94.220	248
Total		94.220	248
Saneamento	SEOBRAS	-	562.555
	CEDAE	26.641.722	-
	FECAM		22.841.730
Total		26.641.722	23.404.285
Transporte	CENTRAL	5.775.971	-
	RIOTRILHOS	6.527.973	36.875.344
Total		12.303.944	36.875.344
TOTAL GERAL		60.409.871	99.794.475

Tabela 34

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS FECAM 2009 (JAN-AGO)

FUNÇÃO	PRINCIPAIS INVESTIMENTOS	Total
GESTÃO AMBIENTAL	AGENDA 21	1.163.270
	PROJETO CONTADOR DE ÁRVORES / PROGRAMA INTEGRADO DE MONITORIA DE FRAGMENTOS FLORESTAIS (PIMAR)	298.736
	OBRAS DE ADEQUAÇÃO DA SECRETARIA DE AMBIENTE AO NOVO PRÉDIO DO INEA	1.739.340
	PLANO ESTADUAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PEGIRS - MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS	2.563.104
	PREVENÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL DE INUNDAÇÕES	28.627.972
	OBRAS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS BACIAS DOS RIOS IGUAU / BOTAS E SARAPUÍ - PAC	2.856.700
	MATERIALIZAÇÃO DE ECOLIMITES - COMUNIDADES DONA MARTA, ROCINHA, CHÁCARA DO CÉU E PARQUE DA PEDRA BRANCA.	1.666.716
	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA DO PROJETO DE ANÁLISE E QUALIFICAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL.	136.209
TOTAL GESTÃO AMBIENTAL		39.052.047
SANEAMENTO	OBRAS DE SANEAMENTO NA BAIXADA E NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - PAC	560.459
	COMPLEMENTAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA ZONA OESTE	20.299.046
	OBRAS DE RECUPERAÇÃO DA ELEVATÓRIA DE CAIÇARAS - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS E DAS PRAIAS DA ZONA SUL	42.684
	SANEAMENTO DA BAÍA DE GUANABARA	2.502.096
TOTAL SANEAMENTO		23.404.285
TRANSPORTE	EXPANSÃO DA LINHA 1 DO METRÔ - TRECHO CANTAGALO / IPANEMA	36.875.344
TOTAL TRANSPORTE		36.875.344
OUTRAS DE PEQUENO VALOR		462.799
TOTAL GERAL		99.794.475



IV. 3.5 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC é um programa de amplitude nacional desenvolvido pelo Governo Federal em parceria com Governos Estaduais e Municipais. No ERJ estão sendo realizadas intervenções em diversas áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social da sociedade fluminense como infraestrutura de transporte, urbanização, expansão e melhoria da rede de abastecimento de água e sistema de tratamento de esgoto, inclusive no interior, dentre outras ações.

A execução das despesas com o PAC nos primeiros oito meses de 2009 atinge R\$263,19 milhões contra R\$29,59 milhões (+R\$233,60 milhões) no mesmo período de 2008. A despesa empenhada, no entanto, é de R\$669,2 milhões, sendo o percentual de liquidação 39,3% desse valor (Tabela 35).

A execução do atual exercício ocorreu majoritariamente na SEOBRAS que foi responsável por R\$174,44 milhões (66,2%), dos quais R\$138,33 milhões foram destinados para a urbanização dos Complexos de Manguinhos e Alemão, Rocinha e Pavão-Pavãozinho.

Segue-se o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, responsável pela execução do Projeto Iguaçu e pelas ações ligadas a prevenção e controle ambiental das inundações, que realizou 28,7% do total liquidado no Programa (R\$75,62 milhões).

Por último, a CEHAB que aplicou R\$13,20 milhões, em melhorias habitacionais, urbanização do Morro Preventório e no entorno das bacias do Rio Sarapuí e Iguaçu.

O PAC liquidou R\$ 263,19 milhões no período jan-ago de 2009, tendo os recursos do Tesouro Estadual correspondido a 43,3% deste valor, dados em contrapartida às transferências federais.

Tabela 35

UO	ÁREA DE INTERVENÇÃO	2009	
		EMPENHO	LIQUIDAÇÃO
SEOBRAS	INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE - ARCO RODOVIÁRIO	115.994.968	13.700.407
	ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SISTEMA DE TRAT. ESGOTO	142.056.944	22.204.357
	URBANIZAÇÃO DE COMPLEXOS: Rocinha / Alemão / Pavão-Pavãozinho / Manguinhos	258.745.460	138.339.748
TOTAL SEOBRAS		516.797.372	174.244.511
INEA	PREVENÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL DE INUNDAÇÕES	99.429.391	75.624.462
CEHAB	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	35.056.540	6.235.437
	URBANIZAÇÃO DO MORRO DO PREVENTÓRIO	10.416.704	4.904.804
	PROJETO IGUAÇÚ	7.187.836	1.882.716
TOTAL CEHAB		52.661.080	13.022.957
ITERJ	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	1.091.364	307.714
TOTAL		669.979.207	263.199.644

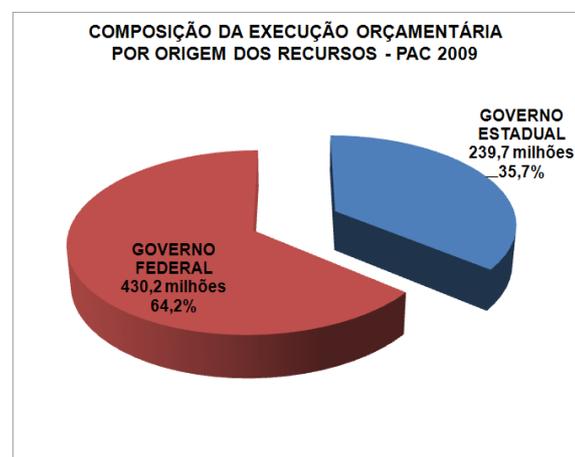
O Gráfico 4 demonstra a despesa empenhada do período janeiro-agosto 2009 por fonte de financiamento. Embora a execução em 2009 tenha se concentrado nos recursos de convênios com o Governo Federal (64,2%), quando considerada a estimativa do Programa como um todo, o Governo do Estado aplicará a maior parcela de recursos (51%), diferentemente do que havia sido pactuado, no que se previa uma participação abaixo de 25% para o Estado.

O Anexo 8 demonstra detalhadamente a execução do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC por unidades executoras e ações.

No bimestre julho-agosto, várias intervenções foram concluídas:

- no Complexo do Alemão, foram entregues mais 96 unidades habitacionais, perfazendo um total de 152, com infra-estrutura recreativa (campo de futebol, quadra poliesportiva e dois playgrounds), além de Centro de Geração de Renda que irá oferecer cursos profissionalizantes, tais como Construção Civil, Estética, Gastronomia e Idiomas;
- no Pavão-Pavãozinho foram entregues 56 unidades habitacionais em agosto beneficiadas com redes de distribuição de água e coleta de esgoto;

Gráfico 4



No Morro do Alemão já foram entregues 152 unidades habitacionais.

- em Manguinhos, além da UPA e do Centro Vocacional Tecnológico já entregues à comunidade, foi dado início a elevação da via férrea.

Com o objetivo de conceder a titularidade dos imóveis, o Governo Estadual encaminhou recentemente a Assembléia Legislativa Projeto de Lei que facilita a doação de terrenos do Estado hoje ocupados pelas comunidades.

IV.4 Cota Financeira¹⁶

A fixação dos valores da cota financeira para emissão de PDs tem apresentado resultados positivos na medida em que induz os órgãos a estabelecerem um planejamento financeiro para o pagamento dos compromissos assumidos.

A metodologia implantada desde 2008, fixa limites mensais para emissão de PDs diferenciados por fontes de recursos, Tesouro e Outras fontes para gastos de custeio e investimentos. As despesas de pessoal e aquelas consignadas em Encargos Gerais do Estado, pelo seu caráter não-discricionário não têm limites para emissão de PDs, obedecem à legislação vigente e aos contratos de financiamento.

Até o 2º quadrimestre, foram utilizados 71,7% da cota financeira liberada para o período. Embora, a partir do mês de maio tenha sido feito um ajuste no valor da cota liberada em Outras Fontes de recursos, tendo por base a disponibilidade financeira de cada órgão, a sua utilização ainda se mantém abaixo de 50% (Tabela 36).

Os percentuais de utilização de Tesouro e Outras Fontes levam a entender que há uma tendência de maior utilização dos recursos do Tesouro, em detrimento dos recursos próprios e vinculados, assim como certo

O nível de utilização da Cota Financeira das “fontes próprias” ficou aquém do valor disponibilizado aos órgãos do Estado, tendo sido utilizados apenas 43,6% do limite calculado a partir da expectativa de receita declarada pelos órgãos.

Tabela 36

FR	Em R\$ mil		
	COTA FINANCEIRA LIBERADA (JAN-AGO)	COTA FINANCEIRA UTILIZADA (JAN-AGO)	% UTILIZAÇÃO
TESOURO	2.215.719	1.978.006	89,3%
OUTRAS FRs	1.387.073	604.689	43,6%
TOTAL	3.602.792	2.582.695	71,7%

¹⁶ Os valores apresentados na Tabela 36 estão acumulados.



otimismo na estimativa das receitas próprias feitas pelos órgãos. A maior concentração de cota financeira de outras fontes não utilizada está na despesa financiada com recursos de convênios, cuja receita arrecadada é praticamente o dobro da despesa paga até o momento, confirmando a tendência de utilização prioritária dos recursos do Tesouro.

Observa-se ainda, que o baixo nível de liquidação em alguns órgãos resulta em uma substancial folga no efetivo uso dos recursos orçamentários e financeiros disponibilizados pela SEFAZ/SEPLAG: R\$1,02 bilhão, dos quais 76,6% na parcela correspondente a Outras Fontes e 23,3% em Tesouro.

BOX 5 – JOGOS OLÍMPICOS 2016

Diante da escolha da Cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, esta edição do Boletim traz um panorama sucinto dos compromissos do Governo, os recursos envolvidos e as responsabilidades de cada esfera na sua organização.

O alinhamento do conceito das instalações dos Jogos com os objetivos de planejamento urbano de longo prazo é fundamental para o planejamento do legado de infraestrutura, garantindo a ampliação das oportunidades de legado urbano e social. A utilização pós-jogos, o agente público responsável pelo financiamento e a operação das instalações estão demonstrados na Tabela ao lado.

NOME DA INSTALAÇÃO	PROPRIEDADE PÓS-JOGOS	OPERAÇÃO E FINANCIAMENTO DO LEGADO PÓS-JOGOS
Centro Olímpico de Desportos Aquáticos	Governo Federal	Governo Federal e Concessões
Centro Olímpico de Tênis		
Centro Nacional de Tiro		
Centro Nacional de Hipismo		
Arena de Deodoro		
Estádio Olímpico de Canoagem		
Estádio do Maracanã	Governo Estadual	Governo Estadual, Concessões / PPP
Ginásio do Maracanazinho		
Estádio de Remo da Lagoa Rodrigo de Freitas		
Riocentro	Município do Rio de Janeiro	Governo Municipal e Concessões
Arena Olímpica		
Velódromo		
Centro Aquático Maria Lenk		
Marina da Glória		
Sambódromo		
Estádio João Havelange (Engenhão)		

Os recursos previstos somam R\$28,85 bilhões, a preços de 2008, sendo aqueles destinados para a operacionalização dos Jogos Olímpicos o “Orçamento COJO – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos” e aqueles destinados à infraestrutura de transportes, instalações olímpicas, segurança, ambiente e demais serviços governamentais o “Orçamento Não-COJO”.

O “Orçamento COJO” não prevê qualquer contribuição de capital para a construção de instalações permanentes ou de legado, a não ser em intervenções temporárias.

ORÇAMENTO COJO			
		R\$ Milhões	
RECEITAS OPERACIONAIS	4.244	DESPESAS OPERACIONAIS	5.627
Contribuição COI	1.164	Instalações Esportivas	635
Patrocínio TOP	577	Vila Olímpica	565
Patrocínio Local	540	MPC e IBC e outras instalações	172
Fornecedores Oficiais / Licenciamento	576	Força de Trabalho	683
Venda de Ingressos	721	Informações, Telecom e Internet	975
Doações e Alienação de Bens	125	Cerimônias, Revezam. Tocha, etc.	250
Outros	541	Serv. Médicos	40
SUBSÍDIOS - SETOR PÚBLICO	1.383	Alimentação	152
Governo Federal	461	Transporte	329
Governo Estadual	461	Segurança	47
Governo Municipal	461	Publicidade	282
		Administração	338
		Para Olímpicos	340
		Eventos e Coord. Pré-Olímpicos	89
		Outros	730
TOTAL	5.627	TOTAL	5.627

O “Orçamento Não-COJO” inclui investimentos já garantidos e em andamento no valor de US\$3,9 bilhões em projetos como a expansão do aeroporto e do Metrô e a construção do Arco Rodoviário.

O financiamento para cada um dos principais elementos do programa de construção está assegurado através de garantias:



Os níveis de Governo, dependendo da propriedade, forneceram garantias de financiamento para instalações permanentes, instalações de treinamento, infraestrutura de transporte e estrutura relacionada e para os Centros de Imprensa e Televisão.

A Caixa Econômica Federal está oferecendo garantias de financiamento para as Vilas Olímpica, Paraolímpica e Vila de Mídia da Barra.

ORÇAMENTO NÃO - COJO			R\$ Milhões
	INCREMENTAL	FINANCIAMENTO O PRIVADO	TOTAL
INVESTIMENTOS DE CAPITAL	6.262	4.018	22.115
Aeroportos, Portos			2002
Estradas e Ferrovias	2.141		8902
Acomodações	112		112
Instalações Esportivas	507		980
Vila Olímpica		854	854
Vila de Mídia da Barra		1624	1624
Infraestrutura de Energia Elétrica		1540	1540
Gestão Ambiental	890		2410
Saúde	20		20
Segurança	732		1626
IBC/MPC - Centros de Imprensa e Televisão	406		405
Legado Urbano	1.454		1640
OPERAÇÕES	1.117	-	1.117
Segurança	874		875
Programa Cultural	45		45
Decoração da Cidade	24		24
Projetos Especias	174		173
TOTAL NÃO-COJO	7.379		23.232

A Tabela acima indica como despesas incrementais aquelas decorrentes dos jogos olímpicos, indispensáveis à sua realização. As Vilas Olímpica e de Mídia e a infraestrutura elétrica terão suas despesas financiadas por incorporadores privados.

Na operação dos jogos, o apoio das áreas de segurança, transportes, saúde e sistemas de gestão ambiental não aparecem como custos na Tabela acima por serem serviços governamentais providenciados gratuitamente.

O custo da construção e renovação das instalações olímpicas é demonstrado na tabela abaixo.

INVESTIMENTOS EM INSTALAÇÕES OLÍMPICAS			R\$ Milhões
INVESTIMENTOS	CONSTRUÇÃO	RENOVAÇÃO	
INSTALAÇÕES ESPORTIVAS	733	247	
Centro Olímpico de Treinamento	390		
Centro Olímpico de Hóquei	2		
Centro Olímpico de Tênis	92		
Velódromo		70	
Centro Aquático Maria Lenk		17	
Centro Olímpico de Desportos Aquáticos	76		
Estádio de Remo da Lagoa Rodrigo de Freitas		5	
Marina da Gloria		19	
Sambódromo		27	
Estádio João Havelange (Engenhão)		83	
Centro Nacional de Hipismo		21	
Centro Nacional de Tiro		5	
Estádio Olímpico de Canoagem (Slalom)	52		
Centro Olímpico de Ciclismo BMX	13		
Arena Deodoro	82		
Pentatlo Deodoro	4		
Instalações Treinamento	22		
VILAS OLÍMPICAS	2.590	-	
Vilas Olímpica e Paraolímpica	854		
Vila de Mídia da Barra	1.625		
Outras Vilas	112		
IBC/MPC - Centros de Imprensa e Televisão	406		
TOTAL	3.730	247	



O desembolso previsto está assim distribuído e foram utilizadas taxas de inflação estimadas fornecidas pelo IBGE, levando em consideração previsões de movimentos nas taxas de juros e cambiais no mesmo período:

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL (SEM INVESTIMENTOS)									
	R\$ Milhões								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
POSIÇÃO DE CAIXA		25	22	26	37	28	31	40	9
ENTRADAS DE CAIXA	60	94	188	335	495	1.291	3.624	1	
GOVERNO	59	93	117	7	148	221	1.213		
CONTRIBUIÇÃO DO COI			70	133	148	547	664		
PATROCÍNIOS TOP				46	46	46	46		
OUTRAS RECEITAS	1	1	1	149	153	477	1.701	1	
SAÍDA	36	96	183	324	505	1.289	3.615	32	9
CAIXA DISPONÍVEL	25	22	26	37	28	31	40	9	-

V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

V.1. Pagamento de PD's

A Secretaria de Estado de Fazenda vem continuamente aprimorando os seus controles. Neste último mês disponibilizou, dentro do Sistema de Apoio ao Tesouro Estadual – SATE, o relatório com o acompanhamento das Cotas Financeiras dos órgãos do Estado, informação que é de grande valia no planejamento financeiro do Estado. Assim, pode-se monitorar a real necessidade de disponibilidade financeira por órgão.

No quarto bimestre deste ano, o Tesouro Estadual manteve seu prazo médio de pagamentos em relação ao bimestre anterior (de 13 para 12 dias, na área prioritária; e, de 17 para 18 dias na área não prioritária). Em relação ao ano de 2008 o Tesouro Estadual reduziu ainda mais o prazo médio de pagamentos, passando de 14 para 12 dias, na área prioritária; e de 22 para 18 dias, na área não prioritária.

Quanto à Cota Financeira, constatou-se que, até o 4º bimestre deste ano, os órgãos converteram em PD's aproximadamente 89% da Cota Financeira liberada, contra os 87% da Cota acumulada até o bimestre anterior. Esse desempenho decorre do montante liquidado e da celeridade em converter as liquidações em PD's. As áreas prioritárias (Saúde, Educação e Segurança) converteram mais de 90% de suas liquidações em PD's.

O Tesouro Estadual vem mantendo a rapidez em seus pagamentos, ou seja, honrou até o 4º bimestre deste ano 93% das PD's emitidas, contra os 84% até o final do bimestre passado. Nas áreas prioritárias mais de 91% das PDs emitidas foram pagas, só na Educação, aproximadamente 97% das PD's emitidas foram honradas.

Torna-se evidente, a cada bimestre, uma maior agilidade, tanto por parte dos órgãos quanto por parte do Tesouro Estadual. Em relação às liquidações, as áreas de Segurança e Educação se destacaram pelo percentual de

Tabela 37

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DAS PD'S
4º Bimestre 2009

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	12
NÃO PRIORITÁRIAS	18
MÉDIA GERAL	15

Tabela 38

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ AGOSTO DE 2009

ÁREAS	EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIB. (C)	COTA FIN. UTILIZ. (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	347.525	272.481	269.319	263.261	254.295
SAÚDE	861.701	619.515	569.462	558.538	531.664
SEGURANÇA	304.965	266.293	266.565	253.852	232.280
DEMAIS ÁREAS	1.279.478	946.850	1.110.373	902.355	823.162
Total geral	2.793.669	2.105.139	2.215.719	1.978.006	1.841.400

Fonte: Sistemas SIAFEM e SIG
Obs. 1: Posição acumulada até AGOSTO/2009
Obs. 2: Fonte de Recursos - Tesouro

ÁREAS	(B) / (A)	(B) / (C)	(D) / (B)	(D) / (C)	(E) / (D)
EDUCAÇÃO	78,41%	101,17%	96,62%	97,75%	96,59%
SAÚDE	71,89%	108,79%	90,16%	98,08%	95,19%
SEGURANÇA	87,32%	99,90%	95,33%	95,23%	91,50%
DEMAIS ÁREAS	74,00%	85,27%	95,30%	81,27%	91,22%
Total geral	75,35%	95,01%	93,96%	89,27%	93,09%

seus empenhos liquidados, a saber, mais de 87% para o primeiro e mais de 78% para o segundo.

Tomando-se como base a Cota Financeira utilizada, temos como destaque a área de Saúde, com aproximadamente 98% da Cota liberada e a área de Educação, cujo percentual ultrapassou os 97%. Desta liberação, cerca de 97% das PD's emitidas já foram pagas.

De uma maneira geral, o Tesouro Estadual já quitou 93% das PD's confeccionadas ao longo do ano.

Tíquete médio

No quarto bimestre de 2009, o tíquete médio¹⁷ dispendido com os fornecedores e/ou prestadores de serviço pelo Estado do Rio de Janeiro foi de R\$ 78,2 mil, apresentando uma redução de 28% em relação ao bimestre passado, decorrente da diminuição do valor total desembolsado e a manutenção do número de PD's.

O perfil de fornecedores do Estado, apresentado na tabela ao lado, tem como destaque os segmentos de terceirização de serviços, comércio atacadista e construção, que juntos representam 72% do total.

Desses segmentos, o único que não pertence ao grupo dos maiores tíquetes médio é o de comércio atacadista, devido ao grande número de PD's (vide Gráfico 6), não comprometendo, contudo, sua relevância perante os demais. Já o setor de transporte, apesar de apresentar o maior tíquete médio, não tem um grande peso no valor total.

Se compararmos os segmentos destacados acima com seus respectivos desempenhos no bimestre passado, verificamos a redução do tíquete médio dos setores de terceirização de serviços e construção, impulsionado pelo aumento do número de PD's em ambos os casos, e o

Tabela 39

Segmento	Valor total	Nº PD's	Tíquete médio
Terceirização de Serviços	69.976.685,41	674	103.822,98
Comércio Atacadista	59.307.065,55	629	94.287,86
Construção	32.959.039,68	184	179.125,22
Alimentícia	22.188.329,06	504	44.024,46
Energia	13.780.119,47	170	81.059,53
Transporte	9.788.512,17	8	1.223.564,02
Tecnologia da Informação	9.568.117,77	94	101.788,49
Água e Saneamento	4.907.530,66	286	17.159,20
Telecomunicação	2.786.581,06	331	8.418,67
Total geral	225.261.980,83	2.880	78.215,97

Gráfico 5

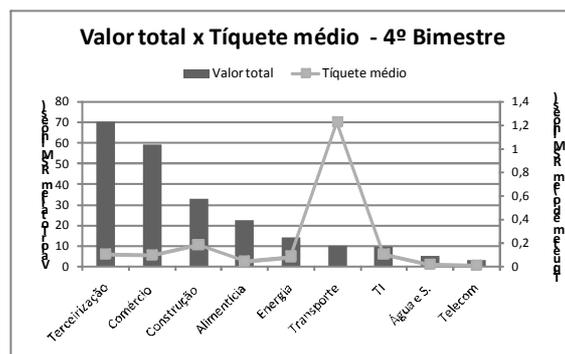
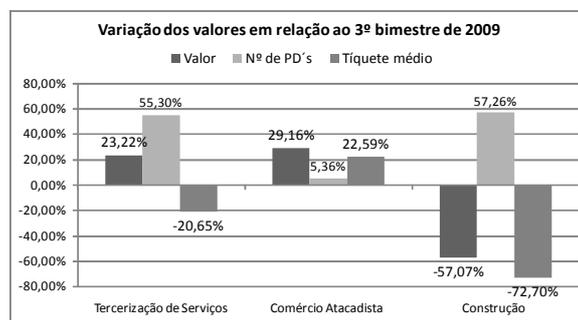


Gráfico 6



¹⁷ O tíquete médio é o valor médio das PD's de um determinado setor. O seu tamanho proporciona uma indicação do volume médio pago a cada fornecedor. Esta estimativa é realizada com uma amostra de 100 empresas que representam, em valores absolutos, 72% do total geral.

aumento do tíquete médio do segmento de comércio atacadista, proporcionado pela aumento tanto do valor total como do número de PD's¹⁸.

V.2 – Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

Segundo informações retiradas do Sistema de Informações Gerenciais – SIG¹⁹, no período de janeiro a agosto de 2009, o Tesouro Estadual teve um dispêndio aproximado de R\$ 119 milhões com despesas provenientes de gastos com serviços públicos essenciais dos órgãos e entidades estaduais. Desse montante já foram adimplidos R\$ 103,3 milhões, ou seja, 87% do total. Verifica-se que o percentual de quitação das despesas se manteve no mesmo patamar dos 85% apurados até junho.

Na área de energia elétrica, a qual representa 52% das despesas com concessionárias, o Tesouro Estadual desembolsou R\$ 57,9 milhões, adimplindo 94% dos serviços prestados pelas concessionárias Light e Ampla.

Analisando-se os serviços de telefonia fixa, o contrato celebrado em 2008 entre a Oi/Telemar e o Estado, que teve como objeto a implantação da rede governo de telefonia integrada, até o momento, em 58 órgãos, constata-se uma redução significativa dos custos com estes serviços. Somente na área de segurança, composta pela Polícia Militar, Polícia Civil, Secretaria de Segurança e Secretaria de Administração Penitenciária, observou-se uma economia de 51% nestes gastos. Por outro lado, os custos totais de telefonia não têm apresentado substancial queda, em parte, pelo aumento da demanda por serviços mais sofisticados, falta de controle no uso de serviços fora do contrato básico

¹⁸ O cálculo do tíquete médio não considera o fato dos órgãos poderem fracionar as PD's; no entanto, esse fracionamento não tem grande significância em relação ao montante total.

¹⁹ Dados referentes aos Programas de Trabalho: "Despesas com serviços de utilidade pública" e "Serviços de utilidade pública".

e, segundo indicações preliminares, inadequada segregação da competência temporal do serviço prestado nas PD's apresentadas ao Tesouro.

Apesar da redução dos gastos com algumas concessionárias, alguns órgãos, dentre eles a Secretaria de Educação, Administração Penitenciária, Proderj e Fundação DER, demandaram um suplemento no orçamento de R\$ 12 milhões²⁰ ao Programa de Trabalho específico - PT²¹, pois perceberam a dotação orçamentária inicial era insuficiente para suas despesas. Ressalte-se que, segundo dados extraídos do SIG, do valor atual de R\$ 189 milhões, até agosto foram liquidados 54%, ou seja, pouco mais da metade do orçamento foi executado.

Embora a maioria dos órgãos esteja com sua execução orçamentária e financeira coerente e alinhada, as pendências das Secretarias de Educação, Administração Penitenciária, Obras e UERJ somam valores significativos.

Gradativamente a SEEDUC e a SEAP estão regularizando suas pendências com a Light e a Ampla, contudo estas secretarias ainda possuem dívidas deste exercício com outras concessionárias. A SEOBRAS, como mencionado no último boletim, continua com pendência com a Light, pois os órgãos instalados no prédio da Rua da Ajuda (Banerjão), ainda não descentralizaram orçamento para que ela quitasse essas obrigações.²² E quanto a UERJ, parte das faturas de julho ainda se encontram em aberto.

O Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC, criado por meio do Decreto nº 35.670/04 com a finalidade de centralizar os procedimentos para pagamento das despesas com serviços públicos, inclui atualmente 12

Gráfico 7

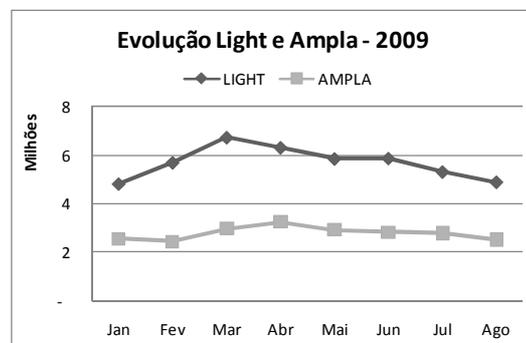
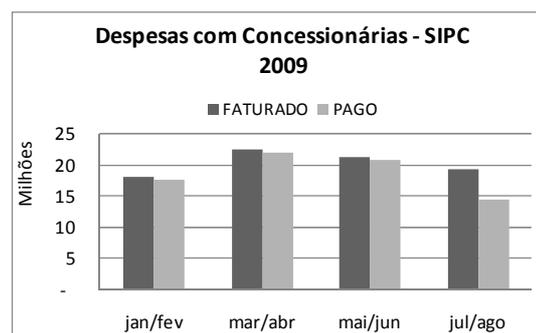


Gráfico 8



²⁰ Informação extraída do SIG.

²¹ Programa de Trabalho de Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública.

²² A responsabilidade pertinente à despesa com energia elétrica do prédio do antigo Banerjão foi delegada a SEOBRAS. Dessa forma, cada órgão que ali se encontra, deve repassar mensalmente à esta secretaria o orçamento relativo às despesas das suas instalações.

concessionárias. (inclusive a Light, a Ampla e a Telemar²³). Até agosto os 50 órgãos participantes desta sistemática descentralizaram cotas financeiras para o Tesouro num total de R\$ 69,7 milhões, possibilitando quitar 86% das obrigações com esses serviços.

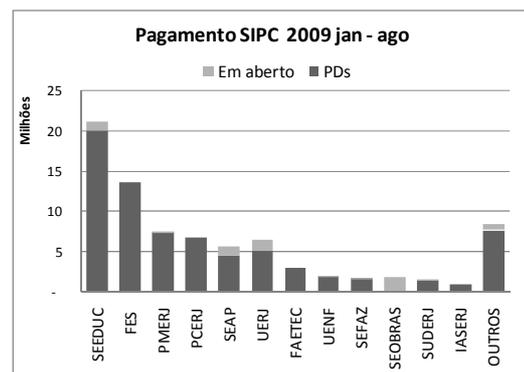
Salienta-se que houve uma redução de 12% nos valores faturados com energia elétrica no 4º bimestre deste ano, se comparados com os gastos do 3º bimestre, tal fato ocorreu principalmente devido a dois fatores:

- O fim da cobrança da tarifa extraordinária em julho deste ano, implementado pela Resolução 639/01 publicada pela ANEEL, em 21 de dezembro de 2001, implicou em 8% de economia nos custos dos serviços de energia elétrica. Este percentual de recomposição foi instituído em 2002, após o término do racionamento de energia elétrica, com o objetivo de compensar as perdas acumuladas pela concessionária neste período.

- A sazonalidade no funcionamento das escolas nas férias escolares, estendidas até o final de agosto, influenciou na redução dos gastos com energia elétrica da SEEDUC. Devido à orientação do Ministério da Saúde, o Estado como forma de prevenção de contágio de gripe suína prorrogou o fim das férias em 31 dias.

Seguindo a diretriz de não deixar acumular dívidas, a maioria dos órgãos esta buscando regularizar as pendências de meses passados. Como reflexo, observa-se que em relação às concessionárias incluídas no SIPC, foram quitados 97% das dívidas do primeiro semestre de 2009.

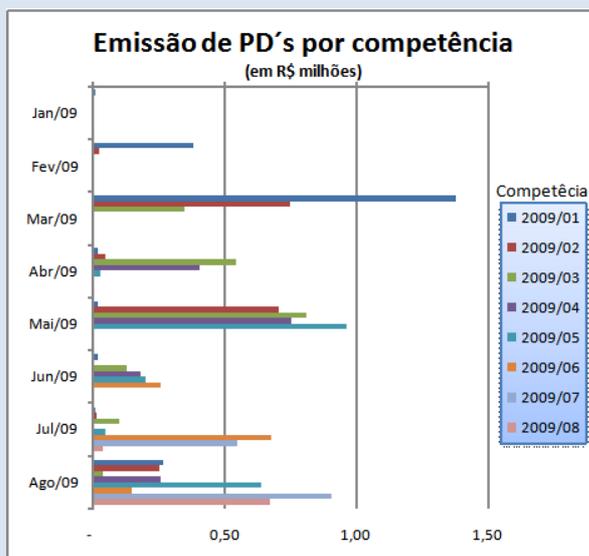
Gráfico 9



²³ Despesas referente apenas a nova rede de telefonia fixa, os gastos com os ramais antigos, os órgãos ainda estão conciliando com a Telemar as faturas deste exercício.

BOX 6 – PAGAMENTO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS – CEDAE

O Decreto nº 33.970 24, de 26 de setembro de 2003, evidenciava a necessidade administrativa de ordenar e priorizar os pagamentos de despesas de serviços de utilidade pública no âmbito da administração Direta e Indireta, e na época excepcionalizava a Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE). No entanto, o Decreto nº 41.16225, de 30 de janeiro de 2008, revoga essa exceção, a saber:



“Art. 4º - O Programa de Trabalho “Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública” detalhado no orçamento dos Órgãos e Entidades Estaduais do Poder Executivo, destina-se, exclusivamente, ao pagamento de despesas com fornecimento de energia elétrica, força motriz e gás canalizado, serviços de água e esgoto, inclusive prestados pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, telefonia fixa e móvel, serviços de telecomunicações e correios, entrega de correspondência, postagem, malotes.” (grifo nosso)

O último Decreto enfatiza que a CEDAE, assim como as demais prestadoras de serviços de utilidade pública, deve ser paga prioritariamente em relação às demais despesas. No entanto, algumas secretarias não estão seguindo a risca essa regra, e não vêm honrando com suas obrigações perante a Companhia, apesar de possuírem disponibilidade financeira para isso.

Uma análise feita pela Coordenação de Análise de Investimentos e Gastos identificou que alguns órgãos²⁶, nem sequer empenharam os serviços, apesar da Companhia já os ter faturado. Sendo que alguns não chegaram a liquidar nem 5% do valor devido.

Do valor faturado, de janeiro a agosto, apenas, 41% desse valor foi empenhado, 32% liquidado e 29% pago, mostrando a negligência dos órgãos acerca das despesas com Serviços de Utilidade Pública.

Contudo, vale ressaltar que o Tesouro Estadual não tem controle sobre o empenho e a liquidação feita pelos órgãos, além de não receber as faturas desta concessionária. Sem embargo, o Tesouro é célere no pagamento quando tem o documento disponível.

Pelo gráfico acima, é possível observar que alguns órgãos estão emitindo suas PD's com algum atraso em relação a competência de suas faturas. No mês de agosto, por exemplo, 76% das emissões das PD's são referentes a outro mês de competência, o que mostra que somente agora os órgãos estão começando a liquidar suas obrigações.

²⁴ Publicado no Diário Oficial em 29/09/2003.

²⁵ Publicado no Diário Oficial em 31/01/2008.

²⁶ O estudo foi feito para os órgãos que constam como inadimplentes pela CEDAE, segundo informações da própria Companhia.

V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

O Banco Central interropeu o ciclo de cortes da taxa selic, mantendo-a em 8,75% ao ano, na reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) ocorrida no início de setembro de 2009. Apesar do declínio das taxas de juros básicas, as aplicações do Tesouro Estadual conservaram boa performance no 4º bimestre de 2009. O retorno médio correspondeu a 99% da taxa referência dos fundos de investimentos (rendimento dos Certificados de Depósito Interbancário – taxa CDI), em contraste com retornos da ordem de 60% do CDI que vigoravam até 2008.

A manutenção do bom desempenho é consequência da melhora do gerenciamento dos recursos, através da alocação dos recursos nos fundos com maior rendimento, além da negociação na redução de suas taxas de administração.

Como resultado, o rendimento financeiro do Tesouro, no quarto bimestre de 2009, apresentou aumento de 8% relativo àquele obtido no mesmo período de 2008, não obstante o significativo declínio da taxa selic no período. Destarte, a receita financeira realizada, até o final de agosto, já superou em, aproximadamente, R\$ 9 milhões o rendimento projetado pela Lei Orçamentária para o ano.

V.4 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar

Processados

Conforme informado nas edições deste Boletim, como política de pagamento de Restos a Pagar 2002-2006, o Estado editou o Programa de Pagamento/Parcelamento instituído pelo Decreto nº 40.874/2007, que reconheceu as obrigações custeadas com as Fontes do Tesouro Estadual (00, 01 e 06).

Gráfico 10

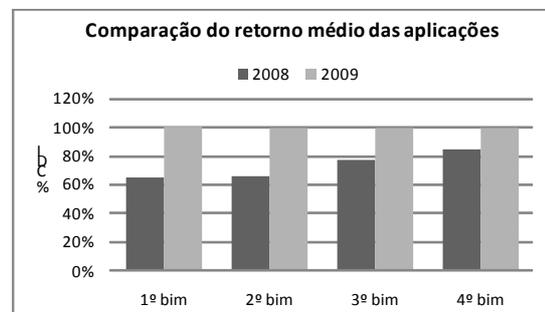


Gráfico 11

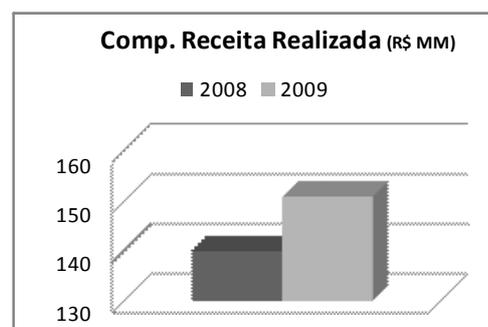
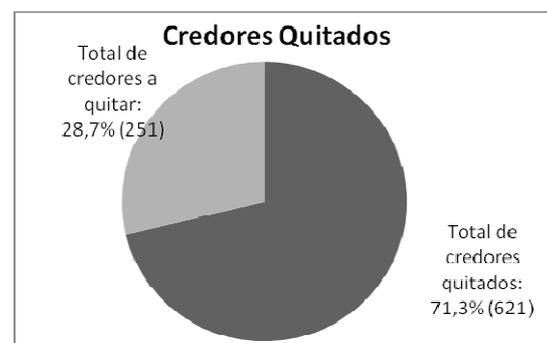


Gráfico 12



Motivado pelo grande sucesso do programa, somado à grande procura pelos fornecedores, que aumentou ainda mais após a realização da primeira oferta pública de recursos ²⁷, que antecipou parcelas vincendas do parcelamento, o Estado tem reaberto, periodicamente, o prazo para que novos fornecedores possam aderir ao programa.

Em 25 de maio de 2009, seguindo o cronograma de pagamento estipulado, foi pago o montante de R\$ 17,39 milhões, que contemplou o pagamento da 4ª parcela, para os credores que ingressaram na 1ª fase do programa; da 3ª parcela, para os credores que ingressaram na 2ª fase do programa; e o pagamento da 2ª parcela, para os credores que ingressaram na 3ª fase. Computando-se os pagamentos efetuados em março — referentes à primeira parcela para os que aderiram à 3ª fase, o Tesouro Estadual despendeu neste programa o total de R\$ 19,76 milhões em 2009.

O pagamento sistemático das obrigações e o fato de que créditos abaixo de R\$ 50 mil são pagos imediatamente, implicaram em que mais de 70% dos 872 fornecedores participantes no programa já tiveram seu crédito integralmente recebido.

A Secretaria de Estado de Fazenda reabriu, recentemente, mais uma fase de adesão (01/06/2009 a 30/06/2009²⁸). Assim, o pagamento pertinente aos credores que aderiram ao programa nesta 4ª fase irá se iniciar em setembro e, por isso, não faz parte dos dados supra consubstanciados.

²⁷ O Governo do Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência da Secretaria de Estado de Fazenda, realizou a Primeira Oferta Pública de Recursos em 12 de maio de 2009, visando antecipar as parcelas vincendas nos exercícios de 2012 a 2015, na forma prevista pelo artigo 2º do Decreto nº 40.874/2007.

²⁸ A Resolução nº 206, de 27 de maio de 2009, que determinou o prazo entre o dia 1º de junho de 2009 até o dia 19 de junho de 2009, prorrogado até 30 de junho de 2009, pela Resolução nº 209, de 19 de junho de 2009.

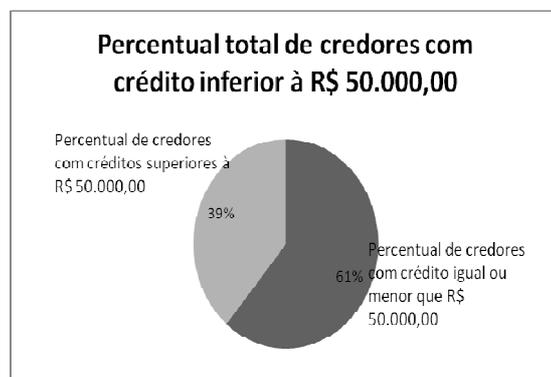
- Quarta Fase da Adesão

Ao final do período estipulado para adesão ao programa, apurou-se que 98 credores assinaram o Termo de Adesão²⁹, dos quais, 75 possuem créditos de valor menor ou igual à R\$ 50.000,00³⁰.

Até o presente momento, somando-se todos os credores que aderiram ao programa desde sua instituição, perfaz-se o total de 970 credores. Cabe esclarecer que, desse montante, 593 credores fazem ou fizeram jus a crédito menor ou igual à R\$ 50.000,00.

Logo, resta claro que o Tesouro vem alcançando o objetivo principal que motivou a instituição do programa, qual seja, quitar grande parte de seus débitos, dando prioridade aos pequenos credores que haviam tido seus negócios prejudicados pelo não recebimento de seus créditos junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, pertinentes aos exercícios de 2002 a 2006.

Gráfico 13



BOX 7 – ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR 101 DE 04 DE MAIO DE 2000) E RESTOS A PAGAR PROCESSADOS.

Em 04 de maio de 2000, a Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) surgiu como inovação de grande importância para a gestão da coisa pública, constituindo-se em valioso instrumento para o controle racional e probo do orçamento, objetivando a redução do déficit público e a estabilização da dívida pública a níveis aceitáveis.

Este normativo impõe à Administração, uma gestão fiscal eficaz, fruto de atos planejados e dotados de transparência, possibilitando a prevenção de riscos e a correção de desvios, primando-se pelo equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas e resultados entre receitas e despesas.

Dentre as várias disposições da LRF, destaca-se seu art. 42, que veda ao gestor público, nos últimos 8 meses de seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida

²⁹ Deve-se ressaltar que esse número pode mudar em virtude da eventual inserção de algumas empresas que consigam sanar suas pendências com a Assessoria Jurídica desta Pasta, exclusão de algumas empresas, bem como a correção de alguns valores.

³⁰ Cabe salientar, que os valores renegociados no Programa não são definitivos. Isto porque pode ocorrer de empresas que aderiram ao programa, por algum motivo, desistirem posteriormente do mesmo ou não conseguirem sanar algum tipo de pendência exigida pela Assessoria Jurídica desta pasta.

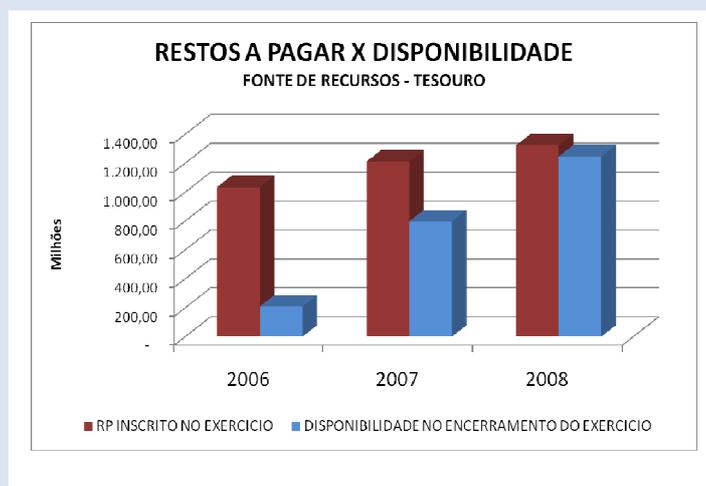
integralmente dentro do respectivo mandato ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem a existência de saldo suficiente em caixa para esse fim, *in verbis*:

“Art. 42 - É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.”

A disciplina do controle dos Restos a Pagar Processados na LRF ressalta a importância de opor um óbice ao ânimo de administradores em assumir obrigações além da capacidade financeira do ente.

Contudo, em que pese o conteúdo das disposições do normativo supramencionado, a atual gestão do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no início de 2007, deparou-se com um montante de restos a pagar processados de exercícios anteriores, de ordem de R\$ 2 bilhões, referentes às fontes do Tesouro Estadual. Deste montante, aproximadamente R\$ 400 milhões diziam respeito, especificamente, a restos a pagar processados inscritos nas fontes 00, 01 e 06, oriundos de dívidas com os fornecedores estaduais. Os recursos disponíveis para fazer face a essas obrigações no curto prazo eram, no entanto, extremamente escassos.

A atual gestão vem, portanto, se mobilizando para diminuir, a cada exercício, o déficit entre as despesas inscritas em restos a pagar processados e a disponibilidade financeira para cumprir com essas obrigações. De fato, comparando as despesas inscritas em Restos a Pagar cujas fontes mantedoras pertencem ao Tesouro com a Disponibilidade Financeira, ao final dos anos de 2006, 2007 e 2008, pode-se vislumbrar importante mudança, conforme gráfico abaixo.



Especificamente, o Tesouro vem tendo o cuidado de constituir um caixa compatível com o valor de Restos a Pagar Processados--RPP constituídos ao final do período. Como se sabe, o volume de RPP reflete em parte a dinâmica da liquidação da despesa, que às vezes, por força do cuidado na verificação da entrega dos serviços se dá em prazos muito curtos para o efetivo pagamento dentro do exercício, criando um *enjambement*, que se, no entanto, é devidamente respaldado por disponibilidades financeiras não constitui-se obrigatoriamente em desequilíbrio fiscal. A crescente compatibilização da disponibilidade financeira com o montante de despesas inscritas em Restos a Pagar Processados permitiu que os RPP's inscritos em 2007 e 2008 foram quitados nos primeiros meses dos anos seguintes sem solução de continuidade.

Deste modo, resta claro que, para que a situação encontrada pela atual gestão no início deste governo não se reproduza no último ano de atual mandato, deve-se primar pela manutenção de saldo em caixa suficiente para quitar as obrigações a serem pagas no exercício seguinte.

Para tanto é mister evitar-se descompasso entre os limites orçamentários e cotas financeiras—que aumentem os compromissos processados além das disponibilidades financeiras, e coibir-se a volta de antiga, pernicioso e em geral ilegal prática do compromisso sem amparo orçamentário traduzido posteriormente em “despesas de exercícios financeiros”, que ao serem pagos reduzem de forma imprevisível o caixa do Estado.

Gráfico 14

V. 5 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

O valor total aplicado, no quarto bimestre de 2009, para pagamento de precatórios foi R\$ 38,8 milhões. Desse total, R\$ 11,6 milhões foram oriundos dos recursos próprios do Rioprevidência e R\$ 27,2 milhões provenientes dos recursos do Tesouro do Estado³¹. O planejamento para pagamento dessas obrigações priorizou a quitação de todos os precatórios de natureza alimentícia inscritos contra a Administração Direta no ano orçamentário de 2001, encerrando este exercício. Atualmente estão sendo adimplidos os precatórios inscritos no orçamentário de 2002. É importante destacar que todos os precatórios expedidos pelo Tribunal Regional Federal e pelo Tribunal Regional do Trabalho, inscritos contra a Administração Direta no orçamento de 2009 já foram quitados. Outrossim, vale lembrar que no início de 2007, o Estado ainda não havia conseguido adimplir todos os precatórios alimentares inscritos no orçamento de 1998. Verifica-se, portanto, que nos últimos dois anos e meio a “fila” dos precatórios alimentares do TJ avançou o correspondente a 5 anos.

No bimestre, foram honrados 32 acordos de parcelamento, celebrados pela Procuradoria Geral do Estado, e pagos outros 57 precatórios.

Do dispêndio com precatórios, no 4º bimestre de 2009, 79% foram aplicados no cumprimento de obrigações de natureza

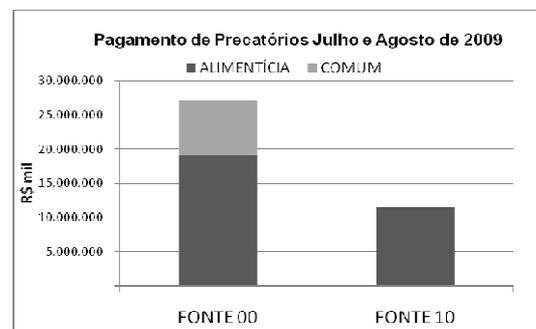


Gráfico 16

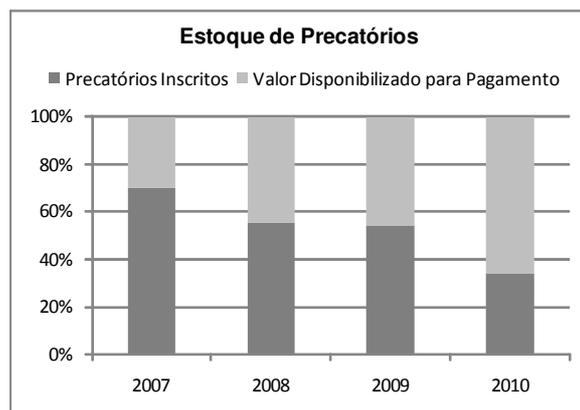
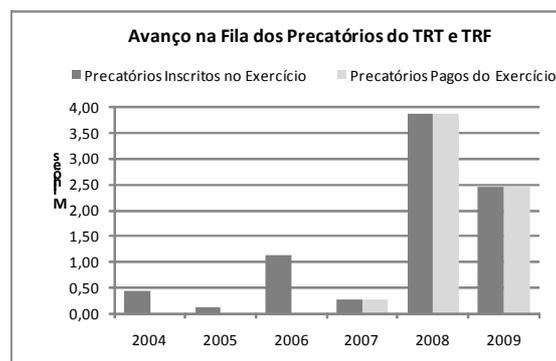


Gráfico 15



³¹ O valor total disponibilizado pelo Estado do Rio de Janeiro para os pagamentos de precatórios judiciais é de R\$ 12 milhões mensais. No terceiro bimestre o valor dos gastos do Tesouro ficou abaixo dos R\$ 24 milhões planejados por conta da espera de repactuação de alguns precatórios por parte da Procuradoria Geral do Estado. Com a resolução desta questão, a diferença apurada no período anterior foi recuperada neste bimestre.



alimentícia, totalizando R\$ 30,6 milhões, e 21% empregados no pagamento de obrigações de natureza comum, representando o volume de R\$ 8,1 milhões.

Comparando com 2007 e 2008, momento em que o Tesouro do Estado passou a ter uma programação para o cumprimento destas obrigações, os pagamentos no quarto bimestre de 2009 representaram um crescimento de 200,90% (2007) e 60,04% (2008). Comparado com 2006, quando foram pagos R\$37,6 milhões em todo o ano, o crescimento previsto para o ano de 2009 será de 282,69%.

Saliente-se, também, que, pela primeira vez, o estoque de precatórios começará a cair em 2010, visto o valor de novos precatórios inscritos pelo Tribunal de Justiça contra o Estado para o orçamento de 2010 ter sido de R\$ 112 milhões, menor, portanto, do que os R\$ 144 milhões previstos para pagamento pelo Tesouro no próximo ano. Além disso, o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (Rioprevidência) prevê continuar a destinar R\$ 6 milhões mensais para quitação dos precatórios de natureza alimentícia sob sua responsabilidade.

Requisições Judiciais de Pequeno Valor – RPV

Nos meses de julho e agosto foram pagas 155 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 943,6 mil (Tabela 40).

Pagamento Total de Requisições Judiciais

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagas 212 requisições judiciais no quarto bimestre de 2009, com dispêndio de cerca de R\$ 39,7 milhões.

Diante dos pagamentos das requisições judiciais, constata-se que o Governo está cumprindo com seu compromisso de quitar o maior número possível de precatórios e manter em dia os pagamentos das requisições de pequeno valor. Isto é fruto de um controle mais eficaz da dívida estadual e da

Tabela 40

PAGAMENTOS DE RPV - 2009		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
Julho	67	R\$ 422.900,04
Agosto	88	R\$ 520.715,46
Total	155	R\$ 943.615,50

melhor gestão dos recursos financeiros por parte do Tesouro Estadual.

V. 6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço

Dispêndio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 531 milhões com o serviço da dívida³², no 4º bimestre de 2009. O desembolso foi 8% inferior ao valor pago no 3º bimestre, em virtude do pagamento semestral dos contratos assinados ao amparo da Lei nº 7.976/89, ocorridos no bimestre anterior.

No quarto bimestre, o total efetivamente pago da dívida intralimite foi de R\$ 464 milhões, apesar do valor devido pelo cálculo integral da tabela *Price* ser de R\$ 526,3 milhões. Isso decorre da aplicação do teto dos 13% da Receita Líquida Real, conforme acordado no contrato de refinanciamento amparado na Lei Federal nº 9.496/97. Assim, o resíduo de R\$ 62,4 milhões foi incorporado ao saldo do contrato.

Gráfico 17

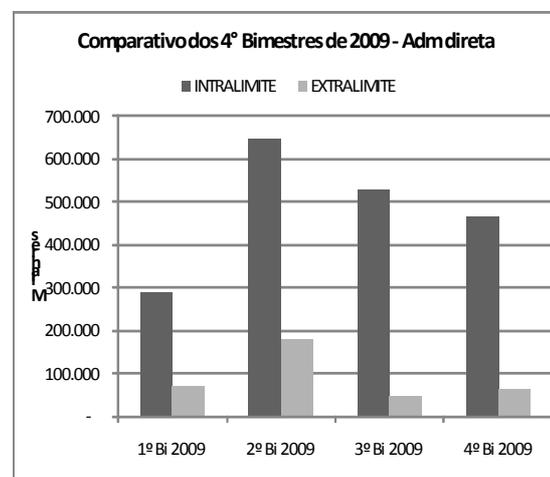


Tabela 41

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública pago no bimestre (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	3º Bimestre 2009			4º Bimestre 2009			? % do total no bimestre Total
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	204.810	370.390	575.200	154.345	376.579	530.924	-8%
INTRALIMITE	169.662	358.300	527.962	110.135	353.930	464.065	-12%
EXTRALIMITE	35.148	12.090	47.238	44.210	22.649	66.859	42%
ADM. INDIRETA - CUSTEADA (F. TESOURO)	457	458	915	691	229	921	1%
TOTAL	205.267	370.848	576.115	155.036	376.808	531.844	-8%
Informações complementares:							
Valor devido intra-limite	206.989	358.140	565.129	172.498	353.772	526.270	-7%
Valor devido pelo limite (13% da RLR)	169.662	358.140	527.802	110.135	353.772	463.907	-12%
Diferença incorporada no resíduo	37.327	-	37.327	62.363	-	62.363	67%

Valores pagos no bimestre a preços correntes.

³² Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

Nos meses de julho e agosto deste ano, o estoque da Dívida Financeira somou R\$ 52 bilhões, 0,75% menor que o valor observado no terceiro bimestre. Ressalte-se que todos os bimestres deste ano apresentaram queda, explicada principalmente pela variação negativa do IGP-DI³³, ocorrida em diversos meses, neste período.

Na dívida externa, indexada ao dólar e ao iene, também foi observada redução no valor do estoque, em face da valorização do real. O mês de agosto encerrou com saldo de R\$ 1,50 bilhão, 2,9% inferior ao valor observado no mês de junho de 2009.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou um aumento de 3,20%³⁴, passando de 2,28 para 2,36. Esta deterioração ocorreu não obstante a redução do estoque da dívida do Estado. Ela se explica pela queda da Receita Líquida em 3,83%. Esta queda ocorreu, principalmente, pela redução de R\$ 588 milhões nas receitas de Royalties/Participação Especial, e de R\$ 45 milhões nas transferências federais nos meses de julho e agosto de 2009, em relação ao mesmo período do ano anterior.

³³ Os saldos devedores da maior parte dos contratos da dívida interna são corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior. No 4º bimestre fechou em -0,99% (IGP-DI de junho/09 a julho/09) e nos últimos 12 meses (de agosto/08 a julho/09) em -1,00%. As dívidas com a União, que representam 96,95% do montante total, tiveram uma redução de 0,68%. Os contratos de Assunção de Dívidas do BERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que juntos representam 92,45% desta dívida, tiveram um redução nominal de 0,47% e de 0,85%, respectivamente.

³⁴ A meta da Dívida para o exercício de 2009, prevista na revisão do Programa de Ajuste Fiscal a ser finalizada com a STN, será de 2,58.

Tabela 42

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2009			
	3º Bimestre	4º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	51.888.072,71	51.499.244,18	-0,75%
INTERNA	50.270.716,43	49.928.723,51	-0,68%
Dívida com a União	50.270.716,43	49.928.723,51	-0,68%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
EXTERNA	1.548.831,90	1.504.145,26	-2,89%
Com Aval do Tesouro Nacional	1.545.813,01	1.501.232,74	-2,88%
Mobiliária	3.018,89	2.912,51	-3,52%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	68.524,38	66.375,41	-3,14%
DÍVIDA FINANCEIRA	51.888.072,71	51.499.244,18	-0,75%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	22.733.342,86	21.863.044,13	-3,83%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,28	2,36	3,20%

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 80 milhões de receita de operações de créditos, até o quarto bimestre de 2009 (Tabela 43). Desse montante, R\$ 56,39 milhões, foram destinados para a expansão da Linha 1 do Metrô – entre as estações Cantagalo e General Osório (recursos provenientes do BNDES); R\$ 19 milhões, ao Programa Estadual de Transportes Adicional (recursos provenientes do BIRD); e, R\$ 5 milhões, ao Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais (recursos provenientes do BNDES).

No final do 4º bimestre, o Estado firmou mais dois contratos de financiamento, junto ao Banco do Brasil e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O primeiro, no montante de R\$ 61 milhões, será destinado a investimentos na área de infraestrutura urbana e social, dando continuidade à execução do PAC favelas, e o segundo, no montante de R\$ 157 milhões, será destinado a investimentos na área de segurança, para o Programa Delegacia Legal. Os dois investimentos serão executados pela Secretaria de Obras.



A Secretaria de Fazenda também deu entrada em mais um pedido para contratação de nova operação de crédito externo, junto ao Banco Interamericano - BID, no montante de US\$ 20 milhões, para execução do programa de modernização da gestão fazendária – PROFAZ.

A revisão do Programa de Ajuste Fiscal, a ser finalizada com a Secretaria do Tesouro Nacional, conseguiu aumentar em 2,58 bilhões o espaço fiscal do Estado, sendo significativa parte deste valor destinada ao saneamento de passivos de empresa pública acumulados no período 2003-2006. Para gerenciar esta nova margem de endividamento, o Estado criou por intermédio do Decreto nº 41.997 de 18 de agosto de 2009, a Comissão de Coordenação e Controle das Operações de Crédito e Concessão de Garantias – COPEC. A principal atribuição da COPEC será analisar a conveniência e a oportunidade das operações de crédito que poderão ser firmadas e das garantias que poderão ser concedidas pelas entidades e órgãos estaduais³⁵. Além disso, a visão macro das prioridades gerais da sociedade fluminense irá permitir que a Comissão aloque de forma mais racional esta nova margem de captação de recursos.

³⁵ Conforme estabelecido no Art.3º, inciso IX do decreto nº41.997/2009 a COPEC deverá aprovar as propostas de cartas-consulta ou documentos assemelhados, destinados a obter autorização para financiamento externo elaboradas pelos órgãos estaduais interessados.



Tabela 43

Valores em R\$ mil

	2009 (1)		2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
	Liberado	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar
1. Operações de Crédito Contratadas (2)	80.239,05	324.071,35	393.931,63	134.923,36	-	-	-	-	852.926,34
Operações contratadas com o SFN	61.394,78	324.071,35	393.931,63	134.923,36	-	-	-	-	852.926,34
1. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.164 D	-	3.280,03	-	-	-	-	-	-	3.280,03
2.1. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.165 A	-	3.304,49	-	-	-	-	-	-	3.304,49
2.2. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.165 B	-	3.284,28	-	-	-	-	-	-	3.284,28
3. BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - 12.1.169	56.385,66	46.315,30	15.438,43	-	-	-	-	-	61.753,74
4. BNDES - PMAE	5.009,11	4.895,80	300,00	-	-	-	-	-	5.195,80
5. CAIXA - SANEAMENTO	-	162.633,44	299.693,20	95.673,36	-	-	-	-	558.000,00
6. B. BRASIL - PROGRAMA EMERGENCIAL - PEF	-	61.108,00	-	-	-	-	-	-	61.108,00
7. BNDES - SEGURANÇA	-	39.250,00	78.500,00	39.250,00	-	-	-	-	157.000,00
Demais	18.844,27	-	-	-	-	-	-	-	-
1. BIRD - Programa Estadual de Transportes - ADICIONAL	18.844,27	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	51.489,14	169.487,37	146.505,98	57.596,73	55.841,39	29.273,34	943,20	511.137,15
1. BIRD - RIO RURAL	-	5.187,60	11.507,04	16.317,36	18.203,76	15.279,84	7.074,00	943,20	74.512,80
2. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	-	46.301,54	151.022,33	118.697,93	27.941,05	33.188,70	22.199,34	-	399.350,88
3. BID - PROFAZ	-	-	6.958,01	11.490,69	11.451,93	7.372,85	-	-	37.273,47
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (3)	-	1.190.910,47	1.492.805,37	74.455,80	49.349,00	43.895,00	43.893,00	-	2.895.308,64
Total 1+2+3	80.239,05	1.566.470,96	2.056.224,37	355.885,14	106.945,73	99.736,39	73.166,34	943,20	4.259.372,13

(1) Valores realizados em 2009, a preços correntes

(2) Contem o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de ago/2009

(3) Valores redistribuídos de acordo com a revisão do PAF ainda não assinado, atualizados pelo IGP-DI.